



CERSUL

PAC - Prestação Anual de
Contas

2025



Sumário

1 – Relatório da administração	3
2 – Demonstrações contábeis e notas explicativas societárias	44
2.1 – Balanço Patrimonial	44
2.2 – Demonstração do resultado do exercício.....	46
2.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	47
2.4 – Demonstrações do fluxo de caixa	48
2.5 – Notas explicativas.....	49
3 – Relatório dos auditores e parecer do conselho fiscal.....	65
3.1 – Relatório dos auditores	65
3.2 – Parecer conselho fiscal	68
4 – Relatório de recomendações dos auditores independentes para aprimoramento dos controles internos.....	69
5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas regulatórias	79
5.1 – Balanço patrimonial.....	79
5.2 – Demonstração do resultado do exercício.....	81
5.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	82
5.4 – Demonstração do fluxo de caixa	83
5.5 – Notas explicativas.....	84
5.6 – Relatório auditor independente.....	105

1 – Relatório da administração

Missão

Distribuir energia elétrica de qualidade e com segurança energética para o desenvolvimento e bem-estar dos associados.

Visão

Ser referência na distribuição de energia elétrica com eficiência empresarial, responsabilidade social e ambiental.

Valores

Comprometimento, ética, respeito, integração, segurança, excelência na gestão e transparência.

Senhoras e Senhores Cooperados

Apresentamos a seguir, o relatório das principais atividades no exercício de 2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira, acrescidas do Balanço Patrimonial, os quais consideraram importantes para divulgar o desempenho da Cersul - Cooperativa de Distribuição de Energia para a sociedade, parceiros e cooperados.

Faz saber, ainda, que a documentação relativa às contas aqui demonstradas se encontram à disposição dos interessados e se coloca desde já, disponível para prestar os esclarecimentos que se julgarem necessário.

Mensagem do Presidente

O ano de 2025 foi marcado por importantes conquistas e, principalmente, pela forte participação do nosso quadro social, reafirmando a essência do cooperativismo que guia a Cersul.

Logo no início do ano, destacamos a expressiva mobilização de associados na Assembleia Geral realizada em março, que apresentou a prestação de contas de 2024. A presença significativa do público demonstrou o comprometimento e o interesse coletivo, evidenciando que a cooperação se constrói com participação, transparência e proximidade.

Na área de infraestrutura, seguimos com a continuidade firme dos investimentos em redes de distribuição, com foco em atender e fortalecer tanto o setor industrial quanto as residências, seja no meio urbano ou no interior. Esse trabalho reflete nosso compromisso em levar energia com qualidade, segurança e eficiência a todos os associados.

No campo social, avançamos de forma consistente. O Núcleo Feminino segue fortalecido, promovendo integração e desenvolvimento. O projeto Cersul Eletrotec aproxima-se de sua primeira formatura, consolidando-se como uma importante iniciativa de formação técnica. Além disso, mantivemos ações contínuas com crianças e adolescentes, abordando temas essenciais como o cooperativismo e a conscientização sobre a importância da vegetação adequada próxima às redes de energia. Neste ano, também demos início a um novo projeto, ampliando ainda mais nosso alcance social.

Outro marco que merece destaque é o reconhecimento alcançado: A Cersul conquistou a posição de menor tarifa de energia elétrica residencial praticada em Santa Catarina e a segunda mais barata do Brasil. Esse resultado é fruto de um trabalho sério, intenso e cooperativo, realizado em conjunto pela diretoria e colaboradores, sempre com foco na eficiência e na responsabilidade com os recursos dos associados.

Seguimos firmes em nossa missão de oferecer serviços de qualidade, com valores justos, contribuindo diretamente para o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida de todos os nossos associados.

Agradecemos a cada associado, colaborador e parceiro que faz parte dessa trajetória.

Presidente Andrei Magagnin

1 Perfil Institucional

A Cersul é uma sociedade cooperativa que atua no mercado de energia elétrica desde 1961 e tem presença consolidada entre as melhores cooperativas de infraestrutura do Estado em virtude da qualidade dos serviços que presta a seus associados.

No âmbito da distribuição de energia elétrica, tem como principais atividades prover, operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Essas atividades visam atender aos mais de 21 mil associados e demais consumidores de energia, pertencentes a onze municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina. Dentre esses municípios, cinco a permissão é exclusiva e nos outros seis municípios, a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza.

Para o funcionamento do sistema e atendimento aos onze municípios citados, a Cersul se utiliza de duas Subestações, sendo uma própria, localizada no município de Turvo e outra da CELESC no município de Maracajá.

2 Ligação de Consumidores

No ano de 2025, foram realizadas 927 novas ligações o que representou um aumento de 105,09% em relação ao ano anterior.

Estas ligações estão divididas por classe de consumo e serão apresentadas a seguir:

Ligação de Consumidores					
Classe	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	694	308	246	189	176
Industrial	36	25	15	102	169
Comercial	107	73	86	70	65
Rural	74	35	25	24	54
Poderes Públicos	8	9	7	6	5
Iluminação Pública	1	2	2	-	3
Serviço Público	6	-	1	1	-
Consumo Próprio	-	-	-	-	-
Total	927	452	382	392	472
Variação	105,09%	18,32%	(2,55%)	(16,95%)	19,49%

3 Mercado de energia elétrica

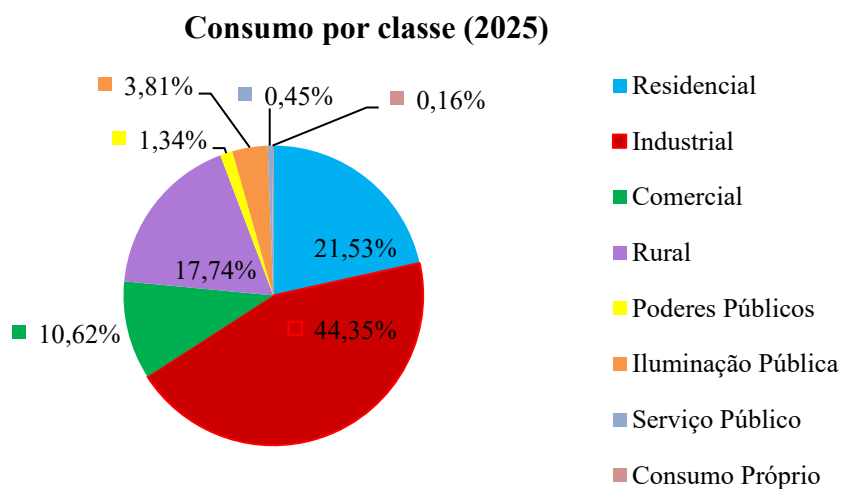
O faturamento de energia elétrica na área de atuação da Cooperativa no ano de 2025 foi de 160.873,50 MWh, tendo apresentado um aumento de 2,45% em relação a 2024.

As classes que mais consumiram energia elétrica no ano foram a industrial e residencial, utilizando 71.360,14 e 34.644,38 MWh respectivamente.

A seguir, são apresentados resultados sobre os valores faturados de energia e sua variação no período.

Consumo de Energia (MWh)					
Classe	2025	2024	2023	2022	2021
Residencial	34.644	33.778	30.465	28.268	23.656
Industrial	71.360	68.347	63.874	67.754	68.157
Comercial	17.078	16.549	15.540	14.165	13.060
Rural	28.539	28.995	26.776	26.012	29.146
Poderes Públicos	2.158	2.203	1.970	1.809	1.517
Iluminação Pública	6.122	6.160	6.223	6.184	5.979
Serviço Público	721	764	795	768	600
Consumo Próprio	251	231	191	174	168
Total	160.873	157.027	145.834	145.134	142.283
Variação	2,45%	7,68%	0,48%	2%	3,44%

Abaixo gráfico representativo da tabela.



3.1 Balanço energético

Balanço Energético (dados em KWh medidos)					
	2021	2022	2023	2024	2025
1 – Injeção de Energia	153.751.954	155.641.442	157.798.917	167.916.464	174.533.646
1.1 – A3 (Subestação Turvo)	149.130.675	148.206.236	147.084.827		159.957.228
1.2 – A4 (Subestação Maracajá)	3.051.422	2.609.198	2.406.291	2.793.657	2.792.819
1.3 – Geração Distribuída	1.569.857	4.826.008	8.307.799	8.397.658	11.783.599
2 – Fornecimento de Energia	140.935.155	143.486.382	144.079.030	155.436.216	159.252.477
2.1 – Mercado Cativo	140.935.155	143.486.382	138.801.654	132.147.265	132.404.333
2.1.1 – Grupo A4	67.698.162	67.085.028	58.783.920	45.250.427	45.293.051
2.1.2 – Grupo B	73.236.993	76.401.354	80.017.734	86.896.838	87.111.282
2.2 – Outros Agentes de Distr.	0	0	0	0	0
2.3 – Consumidores Livres	0	0	5.277.376	23.288.951	26.848.144
2.4 – Consum. Redes Básicas	0	0	0	0	0
3 – Perdas Totais	12.816.799	12.155.060	13.719.887	12.480.248	15.281.169
3.1 – Rede Básica	0	0	0	0	0
3.2 – Transmissão	0	170.903	945.746	1.218.329	1.224.272
3.3 – Distribuição	12.816.799	11.984.157	12.774.141	11.261.919	14.056.897
3.3.1 – Perdas Técnicas	11.160.886	10.571.169	11.979.660	10.918.969	13.237.858
3.3.2 – Perdas não Técnicas	1.655.913	1.583.891	1.740.227	1.561.279	2.043.311

3.2 Perdas

A Cersul mantém atenção permanente sobre o controle das perdas técnicas de energia. No ano de 2025 as perdas globais representaram 8,75% da energia injetada no sistema da cooperativa.

Perdas de energia (dados em kWh medidos)			
Energia injetada	Energia fornecida	Perdas	Perdas %
174.533.646	159.252.477	15.281.169	8,75

Perdas de Energia (dados medidos)					
	2021	2022	2023	2024	2025
1 - Perdas Totais	8,34%	7,81%	8,69%	7,43%	8,75%
1.1 - Perdas Técnicas	7,26%	6,79%	7,59%	6,50%	7,58%
1.2 - Perdas não Técnicas	1,08%	1,02%	1,10%	0,93%	1,17%

4 Ingressos por classe de consumo

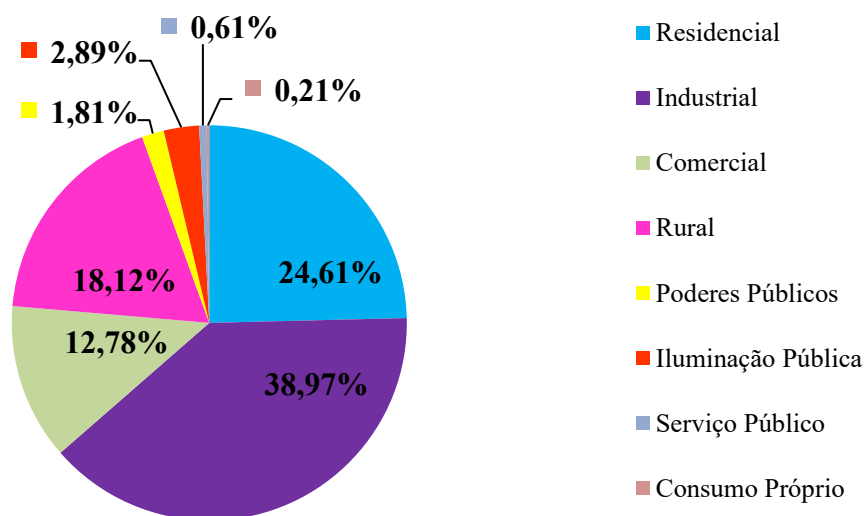
As classes de consumo que mais contribuíram com ingressos pelo fornecimento de energia elétrica no ano foram a industrial e a residencial. A classe industrial consumiu o valor de R\$ 31.182.418,81, e a classe residencial R\$ 19.687.933,66.

A seguir são apresentados resultados sobre os ingressos decorrentes do fornecimento de energia elétrica e sua variação no período por classe de consumo:

Ingressos por classe de consumo - R\$ mil			
Classe	2025	2024	Variação (%)
Residencial	19.688	17.836	4,78
Industrial	31.182	29.961	4,08
Comercial	10.232	9.687	5,63
Rural	14.500	14.464	0,25
Poderes Públicos	1.451	1.430	1,47
Iluminação Pública	2.317	2.382	-2,73
Serviço Público	491	492	-0,20
Consumo Próprio	171	149	14,77
Total	80.032	76.401	4,75

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Igressos por classe (2025)

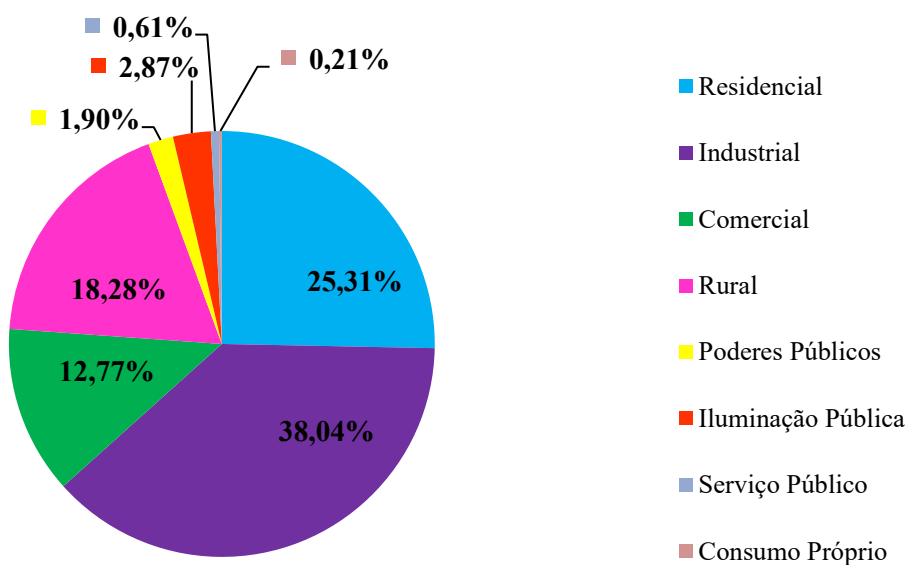


O ingresso decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, foi de R\$ 65.834.281,17 conforme quadro a seguir:

Ingressos por classe de consumo líquida de ICMS - R\$ mil			
Classe	2025	2024	Variação %
Residencial	16.664	15.170	9,85
Industrial	25.043	24.342	2,88
Comercial	8.407	7.998	5,11
Rural	12.036	12.132	-0,79
Poderes Públicos	1.249	1.238	0,89
Iluminação Pública	1.890	1.962	-3,67
Serviço Público	404	406	-0,49
Consumo Próprio	141	124	13,71
Total	65.834	63.372	3,88

Abaixo gráfico representativo da tabela.

Ingressos por classe - 2025 (Líquida ICMS)



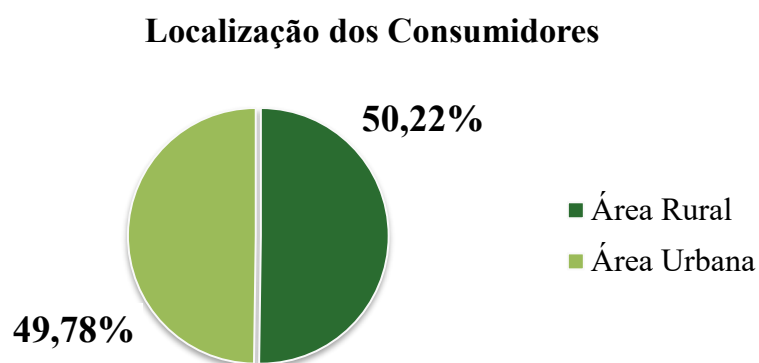
Em 2025 o ingresso decorrente da cobrança das bandeiras tarifárias com o valor do ICMS foi de R\$ 4.186.322,20.

5 Unidades consumidoras

Em dezembro de 2025, o número de unidades consumidoras chegou a 19.430, representando um aumento de 2,80% em relação a dezembro de 2024, esse número é obtido através da análise das coordenadas geográficas e quantidades de medidores instalados na rede, independente se os medidores estejam desligados temporariamente. Segue tabela demonstrativa:

Localização dos Consumidores	%	2025	%	2025	Variação %
Área Rural	50,22	9.756	50,23	9.493	2,77
Área Urbana	49,78	9.674	49,77	9.406	2,84
TOTAL	100	19.430	100	18.899	2,80

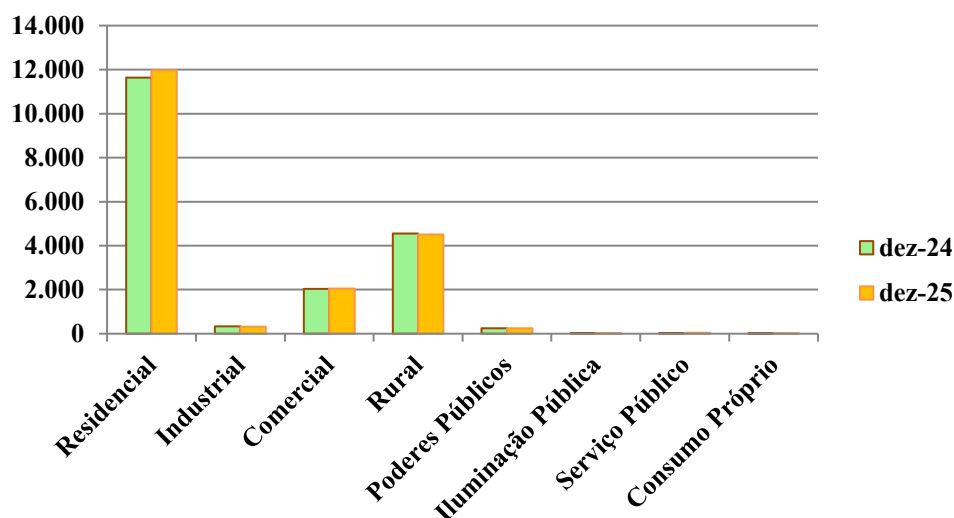
Abaixo gráfico representativo da tabela:



A seguir será demonstrado o número de unidades consumidoras ativas por classe, apurados de acordo com o levantamento dos dados de faturamento do ano de 2025:

Número de unidades consumidoras por classe		
Classe	Dez/2025	Dez/2024
Residencial	11.966	11.640
Industrial	320	334
Comercial	2.055	2.033
Rural	4.508	4.552
Poderes Públicos	249	253
Iluminação Pública	24	23
Serviço Público	36	32
Consumo Próprio	9	9
Total	19.167	18.876

Gráfico representativo da tabela:



6 Processos tarifários

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, por meio do Reajuste Tarifário homologado pela resolução nº 3.525 de 23/09/2025, calculou a receita requerida da CERSUL para o ciclo 2025/2026 na qual as tarifas de fornecimento foram reajustadas em média 4,32%, sendo 3,87% para o Grupo A e 4,58% para o Grupo B.

A receita requerida é obtida pela soma da parcela A (não gerenciável pela cooperativa) e a parcela B (gerenciada pela cooperativa).

A parcela A é composta por:

- Compra de energia;
- Transporte de energia;
- Encargos setoriais.

A parcela B é composta por:

- Custo operacional;
- Depreciação;
- Investimentos.

Na tabela abaixo é apresentado o reajuste médio por tarifa homologada em 2025:

Tarifa	Reajuste
A4	3,87%
B1	4,58%
B2	4,58%
B3	4,58%
B4	4,58%

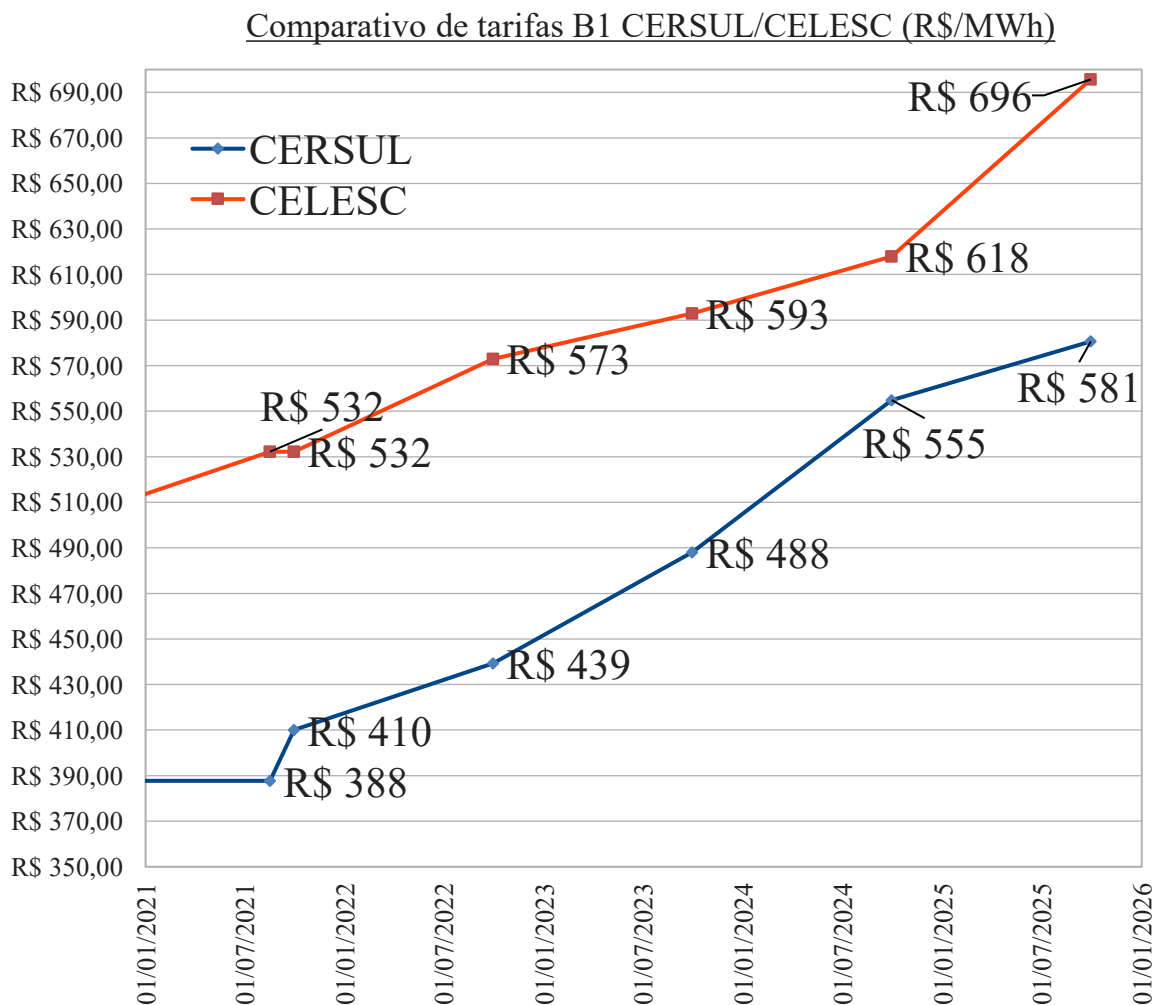
Mesmo com um reajuste tarifário abaixo da inflação, a diretoria da Cersul optou por repassar tarifas menores no ciclo 2025-2026, em relação às homologadas pela ANEEL.

Abaixo são apresentadas as tarifas praticadas pela Cersul (sem impostos), considerando os descontos concedidos pela diretoria.

Grupo B	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
B1 – Residencial	
Convencional	R\$ 0,53450
Branca Ponta	R\$ 1,04227
Branca Intermediária	R\$ 0,74900
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,45572
B1 – Residencial Baixa Renda – TSEE	
Baixa Renda até 80 kWh	R\$ 0,00000
Baixa Renda acima de 80 kWh	R\$ 0,41299
B1 – Residencial Desconto Social - DSEE	
Baixa Renda até 120 kWh	R\$ 0,43991
B2 – Rural	
Convencional	R\$ 0,55000
Branca Ponta	R\$ 1,11016
Branca Intermediária	R\$ 0,78973
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,4690
B3 – Comercial, Industrial, Serviço Público e Consumo Próprio	
Convencional	R\$ 0,58063
Branca Ponta	R\$ 1,23236
Branca Intermediária	R\$ 0,86305
Branca Fora de Ponta	R\$ 0,49374
B4 – Iluminação Pública	
B4a – Rede	R\$ 0,31935
B4b – Bulbo	R\$ 0,34838
Grupo A	Tarifas (sem Impostos) (R\$/kWh)
Tarifa Horária Verde	
Demanda (kW)	R\$ 22,53
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 1,63220
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,26555

Tarifa Horária Azul	
Demanda Ponta (kW)	R\$ 56,82
Demanda Fora Ponta (kW)	R\$ 22,53
Consumo Ponta (kWh)	R\$ 0,26555
Consumo Fora Ponta (kWh)	R\$ 0,26555

No gráfico a seguir é apresentado a evolução da tarifa B1(residencial) da Cersul, em comparação com a da Celesc considerando as tarifas homologadas.



É possível perceber pelo gráfico que a Cersul tem procurado oferecer uma tarifa menor que a da distribuidora Celesc, a qual detém a concessão na grande parte do Estado de Santa Catarina.

7 Qualidade do fornecimento

Os três principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são: o DEC (duração equivalente de interrupções por conjunto); o FEC (frequência equivalente de interrupções por conjunto) e o TMAE (tempo médio de execução de interrupções emergenciais). A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir.

Qualidade do Fornecimento (Indicadores DEC e FEC)			
ANO	DEC (horas)	FEC (Interrupções)	TMAE (minutos)
2018	2,63	3,21	71,16
2019	2,35	3,13	90,70
2020	3,90	4,39	95,57
2021	5,77	4,61	69,02
2022	7,42	5,75	82,32
2023	3,79	5,41	74,64
2024	4,04	5,32	59,65
2025	4,05	3,70	56,81

8 Atendimento ao consumidor

A Cersul possui 6 postos de atendimento ao consumidor com dias e horários diferenciados, sendo estes:

- ✓ Turvo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 17:30 (Sem fechar ao meio dia).
- ✓ Meleiro - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Timbé do Sul - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Morro Grande - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Ermo - Segunda a sexta – horário: 07:30 as 11:30 e 13:30 as 17:30.
- ✓ Maracajá - Segunda a sexta – Horário: 07:30 as 11:30.

Além dos postos de atendimento, a Cersul dispõe dos serviços: Telecomunicação gratuito (0800-643-1920); Aplicativo “Cersul Mobile” para registro de ocorrências e acesso de dados pelos consumidores e por último a agência virtual através do site: www.cersul.com.br para aproximar e facilitar cada vez mais o contato entre os associados/consumidores à Cooperativa.

Apresentamos os atendimentos realizados no ano de 2025, que totalizaram aproximadamente 104.770:

- ✓ 26.308 - Presenciais nos postos de atendimento;
- ✓ 10.509 - Atendimentos através do call center (0800);
- ✓ 55.976 - Através da agência virtual, site e aplicativo;
- ✓ 11.977 - Outros tipos de atendimentos.

9 Pós-Atendimento ao consumidor

9.1 Pesquisa de Pós-Atendimento

Essa pesquisa teve início em de março de 2018 e tem por finalidade avaliar a satisfação dos serviços prestados aos consumidores. A pesquisa consiste em ligar para o consumidor para que o mesmo avalie o atendimento, o prazo de execução e a realização dos serviços prestados pela Cersul, para que assim a empresa possa realizar ações de melhorias nos processos internos.

9.2 Pesquisa de Satisfação do “Tratamento das Reclamações Comerciais”

Essa pesquisa tem por finalidade o acompanhamento da satisfação do consumidor quanto ao registro de sua reclamação na Cersul. Ela também é realizada através de contato telefônico após sua conclusão.

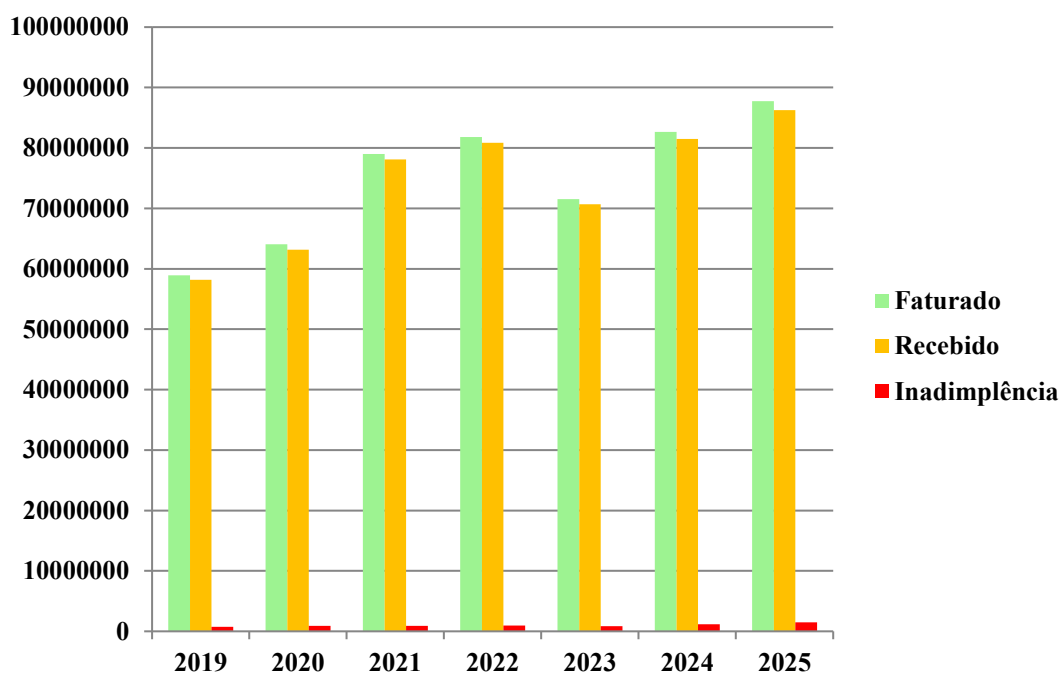
10 Cobrança

O índice de inadimplência anual dos consumidores da Cersul é calculado considerando todas as faturas vencidas no ano e que não foram quitadas até 31/12/2025. O valor de inadimplência anual em 2025 atingiu o montante de R\$ 1.480.453,06 resultando em um índice de 1,72%.

Na tabela a seguir será apresentado um comparativo dos valores faturados, recebidos e de inadimplência entre os anos de 2019 a 2025.

ANO	Faturado (R\$)	Recebido (R\$)	Inadimplência (R\$)	Diferença (%)
2019	58.912.995,92	58.188.275,08	724.720,84	1,23
2020	64.063.688,55	63.142.597,01	921.091,54	1,44
2021	79.016.640,50	78.119.498,07	897.142,43	1,14
2022	81.805.596,96	80.840.735,45	964.861,51	1,17
2023	71.534.669,93	70.676.771,00	857.898,93	1,20
2024	82.644.330,74	81.466.550,88	1.177.779,86	1,43
2025	87.727.159,40	86.246.706,34	1.480.453,06	1,72

A seguir o gráfico representativo da tabela.



11 Tecnologia da informação

No exercício de 2025, a área de Tecnologia da Informação realizou investimentos estratégicos voltados à modernização da infraestrutura tecnológica, aumento da disponibilidade dos serviços, reforço da segurança da informação e melhoria do suporte às operações das unidades administrativas e operacionais.

Para manter nossa qualidade no atendimento das demandas foram feitos os investimentos a seguir.

- Interligação de filiais por fibra óptica: Foram interligadas duas filiais diretamente à matriz por meio de links dedicados em fibra óptica, proporcionando maior velocidade, estabilidade e segurança na comunicação de dados. Esse investimento reduziu a dependência de conexões públicas, melhorou o desempenho dos sistemas.
- Implantação de firewall de última geração: Foi instalado, na matriz, um firewall de última geração, elevando significativamente o nível de segurança da rede corporativa. A solução permite controle avançado de tráfego, proteção contra ameaças cibernéticas, monitoramento em tempo real e maior conformidade com boas práticas de segurança da informação.
- Aquisição de servidor para espelhamento: Foi adquirido um servidor dedicado de espelhamento de servidores críticos, com o objetivo de aumentar a disponibilidade dos serviços e reduzir riscos de indisponibilidade em caso de falhas de hardware ou sistema.
- Aquisição de servidores de backup: Foram adquiridos dois servidores de backup, a medida assegura maior confiabilidade nos processos de backup e restauração de dados, reduzindo riscos de perda de informações essenciais.
- Switches gerenciáveis nas filiais: Foram adquiridos switches gerenciáveis para as filiais, com o objetivo de permitir a segmentação da rede, melhoria do controle de tráfego e aumento da segurança interna.
- Aquisição de nobreaks: Foram adquiridos nobreaks para a matriz e filiais, visando garantir maior estabilidade elétrica e proteção dos equipamentos de TI.
- Equipamentos para o setor de leitura: Foram adquiridos celulares à prova d'água e impressoras destinados ao setor de leitura, proporcionando maior durabilidade dos equipamentos, mobilidade operacional e eficiência nos processos de campo.
- Outras aquisições de equipamentos: Além dos investimentos acima, foram adquiridos diversos equipamentos de apoio às atividades administrativas e operacionais, tais como: Mini PCs, monitores, impressoras, tablets e projetores.

Essas aquisições contribuíram para a modernização do parque tecnológico, melhoria das condições de trabalho e suporte às demandas internas.

Os investimentos em Tecnologia da Informação realizados ao longo de 2025 demonstram o compromisso da administração com a modernização tecnológica, a segurança da informação e a sustentação do crescimento organizacional.

A área de TI permanece alinhada às estratégias institucionais, buscando continuamente soluções que agreguem valor ao negócio, aumentem a confiabilidade dos processos e garantam suporte adequado às operações.

12 Desempenho econômico-financeiro

12.1 Ingresso operacional bruto

Em 2025, os ingressos decorrentes do fornecimento de energia, construção da infraestrutura, serviços, doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço público atingiram o valor de R\$ 111.106.425,61 que representou um aumento de 10,11% se comparado ao ano de 2024.

12.2 Ingresso operacional líquido

Em 2025, o Ingresso Operacional Líquido, que é obtido após a dedução dos tributos e encargos setoriais atingiu o montante de R\$ 81.084.813,36, representando 9,28% de aumento em relação a 2024.

12.3 Sobra líquida

A Cersul encerrou o exercício social de 2025 com sobra líquida de R\$ 13.354.398,18, valor este 0,41% maior ao realizado no ano anterior.

Indicadores contábeis

Em R\$:	2025	2024	Variação%
Ingresso operacional bruto	111.106.425,61	100.902.891,09	10,11
Deduções do ingresso	30.021.612,25	26.704.156,73	12,42
Ingresso operacional líquido	81.084.813,36	74.198.734,36	9,28
Custos do serviço de energia elétrica	71.523.192,79	64.939.131,76	10,14
Sobra bruta	9.561.620,57	9.259.602,60	3,26
IRPJ/CSLL s/ato não cooperativo	234.187,28	188.490,55	24,24
Sobra líquida	13.354.398,18	13.299.977,86	0,41
Patrimônio líquido	151.009.459,10	142.246.171,11	6,16

Índices econômicos financeiros

	2025	2024	Variação	Conceito	Parâmetro
Liquidez Corrente	1,65	1,75	(5,71)	Capacidade de pagamento de dívida de curto prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida de curto prazo, tem no ativo circulante.
Liquidez Geral	6,20	7,81	(20,61)	Capacidade do pagamento de dívida em longo prazo.	Para cada R\$ 1,00 de dívida, a empresa tem disponível no ativo circulante e no realizável em longo prazo.
Endividamento Total (%)	16,13	14,69	9,80	Indicador de solvência ou cobertura de dívida com todos os credores.	Quanto menor melhor.
Rentabilidade S/ patrimônio (%)	8,84	9,35	(5,45)	Representa a remuneração do capital próprio, indicador final da rentabilidade.	Quanto maior melhor.

13 Investimentos

No ano de 2025 os investimentos foram realizados conforme os respectivos recursos destinados. As imobilizações da Cersul alcançaram o valor de 19.024.787,73 reais. No quadro abaixo verificamos imobilizações realizadas.

Imobilizações em 2025 - R\$	
Linhas e redes de distribuição	16.392.697,86
Veículos	1.236.892,35
Sistema de medição	754.605,47
Máquinas e equipamentos	474.326,89
Móveis e utensílios	158.019,36
Subestação	8.245,80
Total	19.024.787,73

A seguir, detalhamento dos investimentos em linhas e redes por município:

Investimento em linhas e redes por município 2025 – R\$		
Meleiro	5.753.262,92	35%
Turvo	3.414.333,55	21%
Timbé do Sul	2.273.792,77	14%
Ermo	1.831.313,45	11%
Morro Grande	1.421.670,14	9%
Forquilha	1.164.009,08	7%
Araranguá	378.091,63	2%
Maracajá	156.224,32	1%
Total	16.392.697,86	100%

Para 2026, a previsão é investir aproximadamente 15.424.860,98 reais, conforme quadros a seguir.

Investimentos por municípios para 2026 - R\$	
Ermo	3.301.250,00
Turvo	2.722.500,25
Meleiro	2.318.662,00
Timbé do Sul	1.393.600,00
Total	9.736.012,25

Demais investimentos para 2026 – R\$	
Investimentos em redes de média e baixa tensão	5.255.632,52
Equipamentos para medições novas polifásicas e monofásicas	387.353,21
Equipamentos para medições novas do grupo A4	45.863,00
Total	5.688.848,73
Total Geral	15.424.860,98

Principais Obras para 2026		
Obra	Local	Valor
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos entre as localidades de Taquaruçu e Morro do Soares	Ermo	2.500.000,00
Ampliação/Alteração de rede com cabos compactos entre as localidades de Morro Chato, Rio do Salto e Morro Azul	Turvo	1.273.000,25
Ampliação/Reforma de rede entre as localidades de Jundiá e Poço da Lontra	Turvo	772.000,00
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos entre as localidades de Cedro Baixo e Tirilo	Meleiro	688.762,00
Ampliação de Rede na localidade de Vila União	Meleiro	569.500,00
Ampliação/Reforma de rede entre as localidades de Turvo Baixo, Itoupava e Taquaruçu	Ermo	550.000,00
Ampliação/Alteração de rede para trifásica entre as localidades de Figueira Aléssio e Morro do Céu	Timbé do Sul	469.000,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Molha Coco	Timbé do Sul	432.200,00
Ampliação de Rede na localidade de Rio Morto	Meleiro	406.400,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Boa Vistinha	Turvo	390.000,00
Ampliação de rede com cabos compactos na localidade de Sanga Grande	Meleiro	300.000,00
Ampliação/Reforma de rede com cabos compactos na localidade de Vista Alegre	Ermo	251.250,00

Ampliação/Reforma de rede na região central do município de Turvo	Turvo	185.000,00
Ampliação/Reforma de rede na região central do município de Timbé do Sul	Timbé do Sul	185.000,00
Ampliação/Reforma de rede na região central do município de Meleiro	Meleiro	185.000,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Pique do Rio Cedro	Meleiro	169.000,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Nossa Senhora das Graças	Timbé do Sul	153.700,00
Ampliação/Alteração para trifásico na localidade de Nova Vicença	Timbé do Sul	153.700,00
Ampliação/Reforma de rede na localidade Rodeio d'Areia	Turvo	102.500,00
Total		9.736.012,25

13.1 Técnico

Investimentos no ano de 2025:

Em 2025, foi realizada a aquisição de uma nova pick-up, modelo Strada, da marca FIAT, no valor de R\$ 93.773,40. O referido veículo substituiu o automóvel anteriormente utilizado para a atualização virtual da rede existente em campo, bem como para a execução de serviços gerais do setor.

Também foi adquirido um drone destinado à inspeção de redes, utilizado tanto para atividades de manutenção e análises termográficas das estruturas quanto para a observação de vegetação próxima às redes, especialmente em locais de difícil acesso. Adicionalmente, o equipamento possibilita o lançamento de condutores em áreas sem acesso convencional, como travessias de rios, morros, entre outros, com investimento no valor de R\$ 84.977,00.

Foi investido no sistema de telemedição das bombas de irrigação, qualidade da energia e microgeração, para facilitar as leituras, ligações e desligamentos, além da suspensão de fornecimento o valor aproximado R\$ 500.00,00.

Investimentos previstos para 2026:

Para o ano de 2026, está prevista a aquisição de uma nova camionete Toyota Hilux Cabine Simples, motor 4x4 diesel 2.8L 16V Turbo Hilux 4x4, completa com cesto aéreo com

investimento estimado em aproximadamente R\$ 352.433,80. Esse veículo deverá substituir o atual, que é utilizado para auxílio em melhorias de rede e vistorias de qualidade de energia.

Também para o ano de 2026, está prevista a aquisição de uma nova pick-up Fiat Strada, com investimento estimado em aproximadamente R\$ 95.000,00. Esse veículo deverá substituir o atual, que é utilizado para visitas técnicas relacionadas a solicitações de orçamento e para a realização de serviços gerais.

Será também investido em um sistema de controle dinâmico do fluxo de energia elétrica para fins de mitigar o fluxo reverso da energia no sistema da Cersul. Valor aproximado para iniciar a operação do sistema de R\$150.000,00.

Pretendem-se ainda continuar a investir no sistema de telemedição das bombas de irrigação, qualidade da energia e microgeração, para facilitar as leituras, ligações e desligamentos, além da suspensão de fornecimento. O investimento previsto será de R\$ 1.000.000,00. Tal investimento irá beneficiar as áreas técnica, operacional e comercial.

Dois novos religadores serão adquiridos para serem instalados na rede de distribuição e possibilitar diminuir as unidades consumidoras que ficariam sem fornecimento de energia elétrica em caso de defeitos na rede elétrica. Valor aproximado do investimento de R\$ 180.000,00.

Dois novos bancos reguladores de tensão que serão adquiridos para ajustar os níveis de tensão e serão instalados na rede de distribuição com valor do investimento de R\$ 1.000.000,00.

13.2 Operacional

Em 2025 adquirimos um novo caminhão com carroceria e guindaste completamente equipado, além de demais acessórios para seu completo funcionamento. Valor investido no valor de R\$ 1.084.388,12.

Para 2026, intenciona-se adquirir um caminhão Volkswagen Delivery 11-180 4x4 com guindaste marca Palfinger modelo PK 11.001 SLD1 C V1C em um valor aproximado de R\$ 715.000,00.

Ainda em 2026 pretende-se realizar o melhoramento da cabine de um de nossos caminhões para comportar adequadamente a equipe de eletricitistas no valor aproximado de R\$160.000,00.

13.3 Expansão e melhoria de redes de distribuição

Devido ao crescimento do mercado e visando a melhoria contínua de nossas redes de distribuição de energia elétrica e para o atendimento adequado aos associados-consumidores a cooperativa realizou no ano de 2025 o total de 81.400 metros em obras de expansão e melhoria em redes de média tensão (MT) e baixa tensão (BT), além da instalação de 250 transformadores.

Principais obras executadas em 2025		
Descrição da Obra	Localidade	Extensão
Alteração/reforma de rede entre as localidades de Morro do Meio e Linha Arcaro	Turvo	2,90
Alteração/reforma de rede compacta no bairro Santa Luzia extensão da avenida municipal	Turvo	0,70
Ampliação de rede na localidade de Rio Aparecida, na costa do rio Pinheirinho	Turvo	1,70
Ampliação/reforma de rede na localidade de Livramento	Turvo	2,10
Ampliação/reforma de rede entre as localidades de Morro do Soares e Linha Simão	Ermo	2,20
Recondutoramento de rede a partir do Centro do município de Ermo em direção a localidade de Morro do Ermo e Garapuvu	Ermo	0,80
Ampliação/Reforma de rede na localidade de Sanga do Engenho	Forquilha	4,10
Alteração/ampliação de rede compacta entre as localidades de Jundiá e Sapiranga	Meleiro	9,10
Alteração/ampliação de rede entre as localidades de Sanga da Areia e Morro do Bodoque	Meleiro	3,00
Alteração/ampliação de rede entre as localidades do Morro do Bodoque e a localidade de Tirilo	Meleiro	2,80
Alteração/ampliação de rede na localidade de Rio do Salto	Timbé do Sul	1,70
Alteração/reforma de rede na localidade de Vila Nova - Morro das Palmas	Timbé do Sul	3,20

Imagens das redes mencionadas anteriormente:



Morro do Meio e Linha Arcaro - Turvo



Rede Compacta Bairro Santa Luzia – Turvo



Rio Aparecida – Turvo



Livramento - Turvo



Morro do Soares/ Linha Simão – Ermo

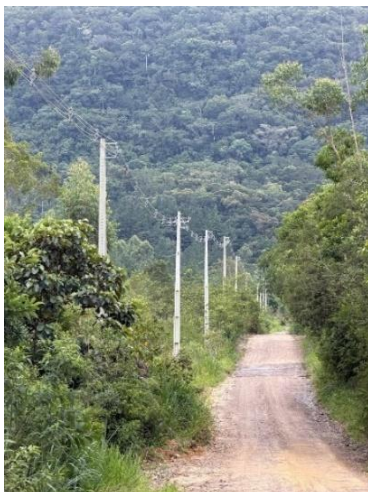


Recondutoramento Centro - Ermo



Sanga da Areia/ Morro do Bodoque - Meleiro

Morro do Bodoque / Tirilo - Meleiro



Rio do Salto – Timbé do Sul



Vila Nova/ Morro das Palmas – Timbé do Sul

13.4 Subestação

Em 2025 houve a substituição do banco de baterias e manutenção no retificador da Subestação Cersul Turvo, também foi feita a manutenção preventiva/corretiva dos transformadores da subestação, assim como continuou-se com a substituição de chaves seccionadoras tanto do lado de 13,8kV quanto do lado de 69kV.

Ainda, implantou-se um sistema de medição remota de todos os alimentadores. Com isso, houve um desembolso de R\$ 643.020,28.

Para 2026, intencionamos continuar com os trabalhos de modernização e reforma de ativos da Subestação Cersul Turvo, trocando equipamentos tais como chaves à vácuo, religadores e seccionadoras que estão no final de sua vida útil. Desembolso estimado de R\$ 280.00,00.

13.5 Captação de recursos

Os investimentos de 2025 foram realizados todos com recursos próprios.

13.6 Projeto PEACESC

No ano de 2025 a Cersul habilitou-se para o projeto de Política Estadual de Apoio às Cooperativas de Energia Elétrica (PEACESC) do governo do estado de Santa Catarina, decreto nº 715 de 17 de setembro de 2024, o projeto consiste em um incentivo fiscal para ampliação e melhoria de redes de distribuição de energia elétrica no perímetro rural, o incentivo é de 20% do ICMS a pagar ao estado.

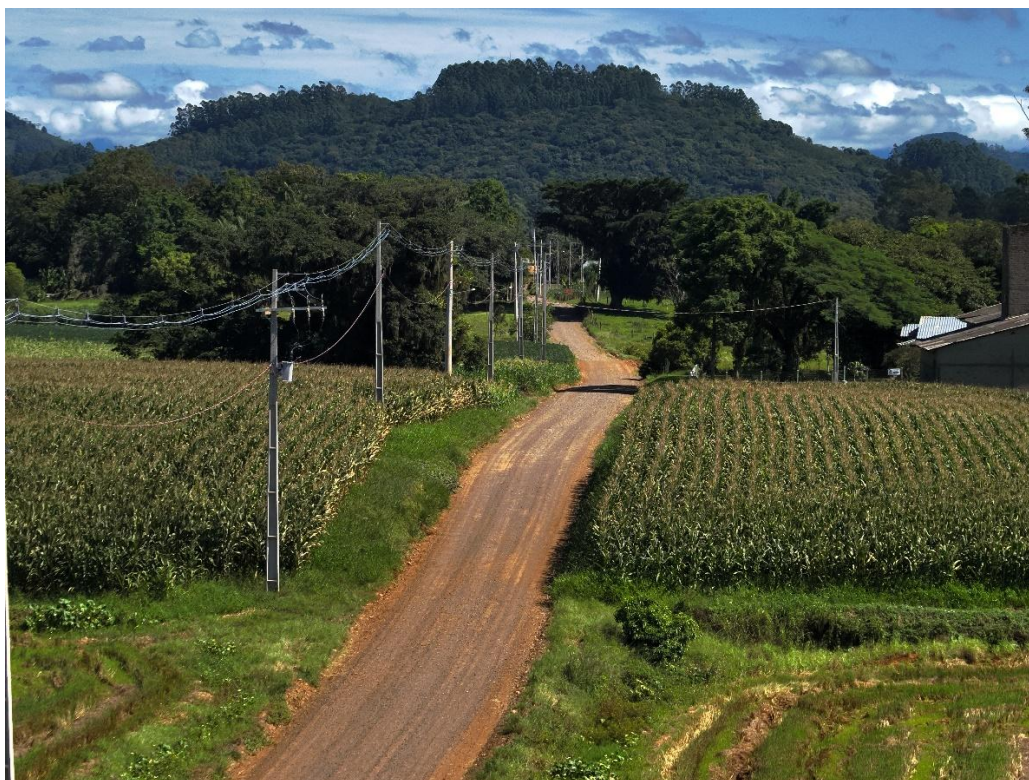
No ano de 2025 as obras que se utilizaram desse recurso foram as redes na Localidade de Jundiá e Sapiroanga, Morro do Bodoque e Tirilo e para a rede na localidade de Poço da Lontra que foi concluída no ano de 2026.



Morro do Bodoque - Tirilo / Meleiro



Jundiá - Sapiranga / Meleiro



Poço da Lontra – Turvo

O total de recurso provenientes desse convenio foi de R\$ 2.249.281,69 utilizados de acordo com a tabela a seguir:

Obra	Valor
Localidade de Jundiá e Sapiranga	R\$ 1.537.858,35
Localidade de Morro do Boque e Tirilo	R\$ 162.116,67
Localidade de Poço da Lontra	R\$ 549.306,66

14 Composição Acionária

O Capital Social da Cersul, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$ 206.784,00, representado por cotas-partes de 21.372 associados com direito a 1 (um) voto cada, independentemente do número de cotas que o mesmo tenha adquirido, conforme regra do Estatuto Social.

Abaixo são apresentados resultados sobre a evolução do número de associados da Cooperativa e sua variação no período.

Número de associados		
2025	2024	Variação % 2025-2024
21.372	20.760	2,95

15 Gestão da qualidade

Em 2025, a Cersul reafirmou seu compromisso com a excelência operacional e a satisfação de seus cooperados por meio de diversas iniciativas no âmbito do sistema de gestão da qualidade. A seguir, destacam-se as principais ações realizadas:

- *Calibração de Instrumentos:* A Cersul manteve seu rigoroso programa de calibração de instrumentos, garantindo a precisão e a confiabilidade dos equipamentos utilizados nas operações diárias. Todos os instrumentos passaram por verificações periódicas, assegurando conformidade com os padrões técnicos e regulatórios vigentes.
- *Auditoria Externa de Manutenção da ISO 9001:2015:* Durante os dias 20 e 21 de outubro a Cersul passou por uma auditoria externa de manutenção com a empresa DQS. Os auditores não encontraram “não conformidades”, e ressaltaram os pontos positivos encontrados, sendo eles a alta provisão de investimentos, a parceria com o SENAI para promover e disponibilizar o curso técnico de Eletrotécnica aos associados, a iniciativa da aquisição de uma drone multitarefas para execução dos serviços com mais precisão e o foco na melhoria dos processos internos, diante do cenário encontrado a Cersul mantém por mais um ano o certificado.

Essas ações refletem o compromisso contínuo da Cersul com a qualidade, a inovação e a responsabilidade socioambiental, visando sempre a excelência no atendimento aos seus cooperados e à comunidade.

16 Gestão de Pessoas

Todos os anos a Cersul mostra através de ações seu comprometimento social, promovendo e patrocinando projetos, programas, eventos sociais, culturais e ambientais.

16.1 Recursos humanos

A cooperativa possui um setor específico e organizado de gestão de pessoas, e aplica todos os subprocessos de RH (Agregar, aplicar, manter, desenvolver e monitorar) de forma que facilita o contato com os colaboradores e desenvolve um clima organizacional favorável.

A Cersul, durante o ano de 2025, admitiu 7 novos colaboradores e no mesmo período, 7 desligaram-se da cooperativa que encerrou o ano com um total de 118 colaboradores, sendo 113 ativos, 4 inativos e 1 representante sindical.

Entre os benefícios concedidos pela Cersul aos seus colaboradores, além dos previstos pela legislação destacam-se: Auxílio alimentação, plano de saúde e seguro de vida.

16.2 Saúde e segurança no ambiente de trabalho

Em 2025 a vacina contra o vírus da H1N1 foi oferecida gratuitamente pelo SUS durante a campanha nacional de vacinação, a Cersul buscou e disponibilizou um local para que as vacinas fossem feitas nos colaboradores na própria empresa, facilitando e ofertando a oportunidade da imunização de todos.

A sobriedade e seriedade do trabalho desenvolvido pela Cersul também é traduzido pelos uniformes usados por seus colaboradores. É pensando sempre na qualidade e boa apresentação de seus funcionários é que a cooperativa investiu no ano de 2025 o valor de R\$ 110.006,37 em uniformes.

Os Equipamentos de Proteção, tanto de forma Individual como coletiva, são produtos utilizados pelos trabalhadores, destinado à proteção contra riscos capazes de ameaçar a sua segurança e a saúde. Os tipos de EPI's e EPC's utilizados podem variar dependendo do tipo de atividade ou de riscos e da parte do corpo que se pretende proteger. Prezando sempre pela segurança de seus colaboradores a Cersul investiu no ano de 2025 o valor de R\$ 75.345,88 em equipamentos de proteção.

A Cersul terceiriza a elaboração dos laudos técnicos na área de segurança com a empresa COSET, realiza os procedimentos relacionados com medicina do trabalho através da empresa Sinergia e com a psicóloga Elisângela Manenti.

16.3 CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio.

A Cersul possui implantada a Comissão Interna de Prevenção de Segurança no Trabalho, uma equipe formada por colaboradores eleitos pelos funcionários e indicados pelo quadro administrativo da empresa, a CIPA, que atua no estudo e prevenção de acidentes e doenças no trabalho.

Todos os anos é feito uma nova eleição e seleção dos funcionários que compõe a CIPA, em maio de 2025 tomou posse a nova diretoria, em todos os anos também, é elaborado uma semana de atenção, treinamento e reflexão sobre a rotina de trabalho e o cuidado da saúde e bem estar do trabalhador, a CIPA, juntamente com o RH e o Técnico de Segurança do trabalho, buscam instrutores e palestras a fim de capacitar os colaboradores sobre o tema de prevenção.

Nos dias 26, 27 e 28 de novembro de 2025, foi realizado a XX SIPAT Cersul (Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho). As palestras realizadas foram:

- Segurança e convivência com o Gasoduto Bolívia-Brasil – Instrutor: Empresa TBG.
- Acidentes no Setor Elétrico Brasileiro - Instrutor: *Empresa Inovarum*;
- Tipos de Assedio, Percepção de riscos e Comportamento seguro- Instrutor: *Técnico de Segurança Domingos Clauber Coloneti*;
- Viver online: Direitos, segurança e proteção digital - Instrutores: *Advogada Mariana Rocha*;
- Dependência Digital e os Impactos na saúde mental - Instrutores: *Psicóloga Renata Botega Becker*;
- Inteligência Emocional - Instrutores: *Psicóloga Nayara Della Vechia*.





Durante a semana da SIPAT os trabalhadores ganharam a oportunidade de realizarem gratuitamente os exames de Colesterol, Triglicérides, Hemograma, GGT, Glicose, AST, TSH e o PSA, para fins de atenção e prevenção de doenças.



Na SIPAT de 2025 foram investidos um total de R\$ 33.278,88, sendo reembolsado pela Sescop o valor de R\$ 12.580,00, totalizando o valor de R\$ 20.698,88 de despesa para a cooperativa.

16.4 Desenvolvimento profissional

A Cersul em parceria com a FECOERUSC (Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina) e SESCOOP/SC (Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina), auxiliou seus colaboradores investindo o valor total de R\$ 67.005,83, sendo o valor de R\$ 16.530,09 reembolsado pela SESCOOP, na qualificação profissional, através de

treinamentos, palestras e cursos, para o desenvolvimento de habilidades e competências, assim melhorando o seu desempenho funcional.



A Cersul conta também com o auxílio do SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo) para incentivar seus funcionários com cursos técnicos, graduações e especializações, no último ano 5 colaboradores das áreas afins da cooperativa foram cadastrados e receberam auxílio de R\$ 35.610,91 do SESCOOP para pagamento dos cursos.

O programa jovem e menor aprendiz é obrigatório por lei para todas as empresas com mais de trinta funcionários. A Cersul, atualmente através de um contrato firmado com o SATC e SESCOOP, tem em seu quadro funcional 3 jovens aprendizes.

16.4 Confraternizações

Durante o ano de 2025 a Cersul promoveu confraternizações para seus funcionários e núcleos cooperativistas, sendo estes:

- *Dia Internacional da Mulher:* Promover o Dia Internacional das Mulheres nas empresas, fortalece a cultura, promove a igualdade de gênero e valoriza as colaboradoras, em 2025 as colaboradoras foram presenteadas com uma linda cesta com flores e mimos junto de um acolhimento especial por parte do RH da empresa, trazendo emoção e reflexão sobre essa data tão importante, para as mulheres que visitaram ou foram buscar algum atendimento nos postos comerciais da Cersul, foram ofertados biscoitos em forma de lembrança para tornar o dia mais especial.



- *Dia do Trabalhador:* No dia 1º de maio, em reconhecimento aos colaboradores da Cersul, a empresa promoveu uma noite de entretenimento, com jogos e jantar, cada funcionário foi presenteado com uma caneca térmica personalizada, e ao final da noite, a cooperativa realizou uma homenagem, entregando camisetas personalizadas para os funcionários mais antigos, como forma de agradecimento pela dedicação e pelos esforços empenhados.



- *Aniversariantes:* Nos aniversários dos colaboradores a Cersul, como forma de comemorar e reconhecer, entrega um presente aos mesmos. Em 2025, cada colaborador foi contemplado com um cartão-presente no valor de R\$ 120,00, possibilitando que escolhesse onde e como utilizá-lo, de acordo com sua preferência.
- *Dia do Eletricista:* No dia 17 de outubro ocorreu um momento especial na cooperativa, com café da manhã e uma homenagem do presidente aos eletricistas, para ressaltar a importância e o valor que cada um tem ao proporcionar segurança e qualidade de vida para todos da sociedade.



- *Confraternização de Final de Ano:* Em dezembro para o encerramento das atividades anuais, a Cersul promoveu uma confraternização para os colaboradores e familiares, também fez a entrega de um panetone e um bônus especial no vale alimentação, com o objetivo de agradecer e valorizar o empenho e bom trabalho realizado por todos.



17 Compromisso com os Associados

A Cersul realiza o gerenciamento de seus impactos, controlando, prevenindo e compensando adversidades que estão situadas nas áreas onde ocorrem as operações e manutenção de suas redes de distribuição.

Em prol das comunidades da área de atuação da permissionária, foram mantidos os convênios com as associações e hospitais da região para arrecadações mensais, pagas por seus associados via fatura de energia elétrica. Foi arrecadado a quantia de 3.545.509,00 de reais que foi repassado para essas entidades, sem custo algum para as mesmas.

Todos os anos a Cersul procura reforçar seu papel com a sociedade, ciente de sua responsabilidade social, tem atuado por meio de programas e práticas voltadas para o desenvolvimento econômico, social e cultural junto à comunidade.

Em geral são desenvolvidos atividades e projetos que contribuem no cooperativismo e desenvolvimento da sociedade, além de levar energia de qualidade para cada lar, instituição, indústria e empresas. A Cersul se preocupa com o bem-estar social e o desenvolvimento dos associados e por isso promove ações de integração ao longo do ano.

A seguir, apresentamos alguns projetos desenvolvidos e apoiados pela Cersul em 2025.

Mulheres Cooperativistas: O núcleo tem por objetivo oferecer uma metodologia cooperativista buscando conscientizar, preparar e organizar as mulheres para atuarem de forma comprometida e participativa no quadro social da cooperativa.



Em 2025 a Cersul deu continuidade ao projeto “Núcleo Feminino Cooperativista”, durante o ano realizou-se diversas atividades com o grupo de 26 mulheres.

Foram realizados a seguinte programação de atividades com os Temas:

- Autoestima e Autoconfiança
- Mulheres na Internet
- Três encontro para disseminação do Cooperativismo Feminino nos municípios de Morro Grande, Ermo e Turvo
- Encontro Estadual de Mulheres Cooperativista
- Gestão das Emoções
- O poder da confraternização a mesa em família
- Atividade de Confraternização junto aos alunos da Apae de Turvo



Blitz de Aniversário: Durante o mês de setembro de 2025 foram realizadas uma blitz por município de atendimento integral em comemoração ao aniversário de 64 anos da cooperativa. Durante a ação, foram entregues brindes aos participantes, como forma de agradecimento pelo apoio e parceria da comunidade ao longo desses anos. Além disso, os participantes concorreram a sorteios especiais, promovendo maior engajamento e interação com o público. Foram sorteados R\$ 1.500,00 por município, além de uma televisão 50 polegadas entre todos os participantes da ação.

O Valor do investimento nesse projeto foi de R\$ 29.112,52.





Projeto Cersul e as Caixas Mágicas: O projeto foi desenvolvido com os 4º anos das escolas dos municípios de abrangência integral da Cersul, alcançando 13 escolas, durante o mês de maio de 2025, com o intuito de conscientizar as crianças sobre o plantio e poda das árvores próximas da rede elétrica. Esta iniciativa surgiu de uma parceria com a contadora de histórias Marksa Molgato, que conduziu as visitas às salas de aula, utilizando a narração de uma história de sua autoria para abordar o tema com as crianças. A história foi contada em episódios, com cada encontro revelando uma nova parte da narrativa. O episódio final aconteceu em um evento no Centro de Eventos de Turvo, reunindo todas as turmas. Além de ouvir a conclusão da história, os alunos desfrutaram de um lanche e muitas brincadeiras, e também receberam a versão da história em formato de revista. Os alunos também receberam um brinquedo de bolhas de sabão e as professoras receberam um kit de bolachas personalizadas como agradecimento pela parceria no projeto.



Este projeto teve o custo de R\$ 26.030,00, sendo reembolsado pelo SESCOOP o valor de R\$ 8.580,00, totalizando o investimento de R\$ 17.450,00 por parte da cooperativa, alcançando aproximadamente 400 estudantes.

Projeto Cersul na Escola: O projeto foi desenvolvido com os 6ºs anos das escolas dos municípios de abrangência integral da Cersul, alcançando 10 escolas, durante o mês de agosto de 2025, com o intuito de conscientizar as crianças sobre o plantio e poda das árvores próximas da rede elétrica. Este projeto resultou de uma colaboração com a contadora de histórias Marksa Molgare. Ela conduziu as visitas às salas de aula, juntamente com o engenheiro ambiental Giovane Scarduelli para abordar o tema com as crianças.

A abordagem utilizada foi fundamentada em um sistema de aprendizagem descontraído e divertido, com foco na prática - através de brincadeiras e dinâmicas realizadas em sala de aula. Além disso, foi organizada uma gincana entre os alunos, na qual o desafio era escrever uma redação sobre os conhecimentos adquiridos, com a chance de participar de um sorteio de um notebook e a oportunidade de levar a turma para um passeio no Parque Ecológico de Maracajá. Como complemento, foram distribuídas revistas relacionadas ao tema, com o objetivo de estimular o interesse das crianças pela leitura e escrita, além de servir como apoio durante a elaboração da redação. O sorteio foi transmitido através de uma live no youtube e o vencedor foi o aluno Arthur Simão, de Ermo. Também foi fornecido material para os alunos desfilarem no 7 de setembro, com o objetivo de divulgar o projeto.

Este projeto totalizou o investimento de R\$ 22.886,94.





Projeto Cersul CooperGame: O projeto é uma iniciativa inovadora viabilizada por meio do SESCOOP/SC, com o objetivo de fortalecer a cultura cooperativista por meio de formação, monitoramento e promoção social. A ação foi desenvolvida com alunos do 1º ano do Ensino Médio nas escolas dos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbó do Sul.

A dinâmica consiste em um jogo educativo conduzido pela equipe da ECOA – Engenharia e Consultoria Ambiental, no qual os estudantes participam da reconstrução de uma ilha fictícia devastada, tomando decisões colaborativas e respondendo a questões relacionadas à Cersul e aos princípios do cooperativismo. A atividade estimula o trabalho em equipe, a gestão de recursos, o pensamento estratégico e a cooperação, reforçando valores essenciais do modelo cooperativista de forma lúdica e interativa.



O custo total do projeto foi de R\$ 14.788,19, sendo R\$ 13.033,00 reembolsado pelo SESCOOP/SC e investido pela Cersul R\$ 1.755,19.

Doação de Sangue: Pensando sempre no próximo a Cersul incentiva os funcionários a doarem sangue, nos dias chuvosos onde não é possível e seguro trabalhar nas redes de distribuição de energia, a Cersul disponibiliza transporte para que os funcionários do campo possam ir até o Hemosc em Criciúma fazer a doação de sangue.



Em 2025 recebemos o certificado de Empresa Solidária do HEMOSC, em reconhecimento à nossa parceria e apoio à doação de Sangue. Duas profissionais do Hemocentro de Criciúma fizeram a entrega do certificado e reforçaram a urgência desta causa tão nobre, passando em cada setor e explicando sobre o procedimento e respondendo as dúvidas dos funcionários.



Projeto Eletrotéc: Com o objetivo de capacitar mais mão de obra para a região e cumprir seu papel com a comunidade, a Cersul implementou o projeto Eletrotec, em parceria com o SENAI, oferecendo formação em Técnico em Eletrotécnica para seus associados. Os participantes receberam um desconto de 80% na mensalidade, enquanto os alunos que se autodeclararam de baixa renda tiveram 100% de desconto. O curso teve início em outubro de 2024, com duração de dois anos, e foram disponibilizadas 35 vagas ao todo.

Em 2025 o investimento total deste curso foi de R\$ 90.788,16.



Energia do Natal: Em dezembro, as praças dos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Timbé do Sul e Morro Grande foram palco de uma festiva celebração do espírito natalino, promovida pela Cersul. A iniciativa, que visou fortalecer os laços comunitários e celebrar a confraternização, ocorreu entre os dias 22 de novembro à 20 de dezembro. Além da apresentação dos Soldadinhos do Papai Noel, também foram disponibilizados às crianças brinquedos como cama elástica e tobogã, inclusive atividades como pintura facial e distribuição de algodão doce, pipoca, refrigerante e água. A presença do Papai Noel também incluiu a entrega de kits de guloseimas, revista para pintar, chaveiro e jogo da memória personalizados.

Foram investidos R\$ 74.196,45 neste projeto.

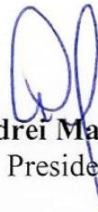


Agradecimentos

Registramos nossos agradecimentos aos associados que tiveram um papel fundamental neste período de sucesso da Cersul e aos membros do Conselho Fiscal pelo apoio prestado. Nossos reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Cooperativa.

Turvo, 25 de março de 2026.

Conselho de Administração.



Andrei Magagnin
Presidente



Valdionir Rocha
Vice-Presidente



Leandro Arcaro Pescador
Secretário



Hendel Maragno Pescador
Conselho de Administração



Jonnei Zanette
Conselho de Administração



Oracy Olivo
Conselho de Administração



Samuel Cirimbelli
Conselho de Administração

2 – Demonstrações contábeis e notas explicativas societárias

2.1 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL (Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO			
	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		37.120	29.788
Caixa e equivalentes de caixa	05	17.180	13.572
Consumidores associados	06	10.185	9.310
Impostos a recuperar	07	602	498
Estoques	08	1.140	875
Serviços em curso	09	1.339	1.548
Ativos regulatórios	10	1.936	1.581
Despesas de exercícios seguintes		251	216
Subsídios tarifários	11	3.655	1.522
Outras contas a receber	12	832	666
NÃO CIRCULANTE		142.928	133.355
Impostos a recuperar	07	216	262
Ativo indenizado (permissão)	04-G, 13	50.515	42.259
INVESTIMENTOS		763	711
Participações societárias permanentes	14	763	711
IMOBILIZADO	13	212	170
INTANGÍVEL	04-H, 13	91.222	89.953
TOTAL DO ATIVO		180.048	163.143

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO			
	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		22.507	16.986
Fornecedores	15	5.258	5.548
Salários, ordenados e encargos	16	2.827	2.764
Impostos, taxas e contribuições	17	893	947
Sobras a repassar geração	18	2.573	264
Taxas regulamentares	19	1.677	1.173
Passivos regulatórios	20	8.142	5.365
Outros débitos	21	1.137	925
NÃO CIRCULANTE		6.532	3.911
Obrigações vinculadas a permissão	04-M	6.532	3.911
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		151.009	142.246
CAPITAL SOCIAL		207	201
Capital social realizado	23	207	201
RESERVAS DE CAPITAL		1.233	1.233
Doações e subvenções		1.233	1.233
AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		5.107	5.673
Ajuste de avaliação patrimonial		5.107	5.673
RESERVAS ESTATUTÁRIAS		138.429	129.194
Reserva legal		15.927	14.586
Fates		3.116	3.557
Reserva de ampliação		119.386	111.051
SOBRAS DO EXERCÍCIO		6.033	5.945
Sobras a disposição da AGO	24	6.033	5.945
TOTAL DO PASSIVO		180.048	163.143

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.2 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a	a
	31/dez/25	31/dez/24
INGRESSOS OPERACIONAIS	111.106	100.903
Fornecimento de energia	27.910	24.313
Disponibilização do sistema de distribuição	57.572	54.679
Ativos e passivos financeiros setoriais	(2.721)	(4.596)
Serviços cobráveis	23	13
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público	28.322	26.494
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS	(30.022)	(26.704)
Tributos e contribuições sobre a receita	(14.430)	(13.238)
Encargos do consumidor	(15.592)	(13.466)
INGRESSOS LÍQUIDOS	81.084	74.199
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	(71.523)	(64.939)
Dispêndio com energia elétrica adquirida	(25.745)	(25.131)
Encargos de uso do sistema de distribuição	(1.756)	(1.678)
Encargos de transmissão	(9.961)	(8.114)
Custo de operação		
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	(15.541)	(13.713)
Material	(4.836)	(3.597)
Serviços de terceiros	(3.058)	(2.958)
Depreciação e amortização	(7.372)	(6.407)
Provisões	(63)	(3)
Seguros, tributos e aluguéis	(1.607)	(1.449)
Outros	(1.584)	(1.889)
SOBRA BRUTA	9.561	9.260
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS	1.815	1.591
Dispêndios financeiros	(862)	(351)
Ingressos financeiros	2.677	1.942
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	2.212	2.637
SOBRAS ANTES DA CS E IR	13.588	13.488
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO	(234)	(188)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO	13.354	13.300

2.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL REALIZADO	RESERVAS DE CAPITAL - Doações e Subvenções	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	AVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA / PATRIMONIAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS					SOBRAS (PERDAS) À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
					FUNDO DE RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	RESERVA DE SOBRAS	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./23	195	1.233	-	6.010	13.265	3.810	99.861	-	116.936	7.905	132.279
1 - AUMENTO DE CAPITAL											
- Integralização (devolução) de quotas	6										6
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações legais e estatutárias					1.321	1.085	5.285		7.691	(7.691)	-
- Destinações AGO							5.905		5.905	(5.905)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS											
- Realização da Fates						(1.338)			(1.338)		(1.338)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(337)						336	(1)
- Transferência de fundos conforme assembléia										(2.000)	(2.000)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										13.300	13.300
SALDOS 31/DEZ./24	201	1.233	-	5.673	14.586	3.557	111.051	-	129.194	5.945	142.246
1 - AUMENTO DE CAPITAL											
- Integralização (devolução) de quotas	6										6
2 - AUMENTO DE RESERVAS											
- Destinações legais e estatutárias					1.341	1.183	5.363		7.887	(7.887)	-
- Destinações AGO							2.972		2.972	(2.972)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS											
- Realização da Fates						(1.624)			(1.624)		(1.624)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial				(566)						566	-
- Transferência de fundos conforme assembléia										(2.973)	(2.973)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO										13.354	13.354
SALDOS 31/DEZ./25	207	1.233	-	5.107	15.927	3.116	119.386	-	138.429	6.033	151.009
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6	-	-	(566)	1.341	(441)	8.335	-	9.235	88	8.763

2.4 – Demonstrações do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a	a
	31/dez/25	31/dez/24
ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.197	20.888
Sobras do exercício	13.354	13.300
Redução (Aumento) de consumidores associados	(875)	(783)
Redução (Aumento) de impostos a recuperar	(57)	(26)
Redução (Aumento) de estoques	(265)	164
Redução (Aumento) de despesas exerc. seguintes	(35)	(7)
Redução (Aumento) de serviços em curso	209	(628)
Redução (Aumento) de ativos regulatórios	(356)	(31)
Redução (Aumento) de subsídios tarifários	(2.133)	840
Redução (Aumento) de outras contas a receber	(165)	(372)
Redução (Aumento) de depósitos judiciais	-	764
Aumento (Redução) de fornecedores	(291)	1.958
Aumento (Redução) de salários a pagar	63	454
Aumento (Redução) de impostos, taxas e contribuições	(55)	(32)
Aumento (Redução) de taxas regulamentares	504	117
Aumento (Redução) de passivos regulatórios	2.777	5.337
Aumento (Redução) de sobras a repassar geração	2.309	-
Aumento (Redução) de outros débitos	213	(167)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.998)	(11.745)
(Aumento) Redução do ativo indenizado (permissão)	(8.256)	(7.158)
(Aumento) Redução dos investimentos	(52)	(39)
(Aumento) Redução do imobilizado	(42)	(109)
(Aumento) Redução do intangível	(1.269)	(4.762)
Aumento (Redução) de obrigações vinc. a permissão	2.621	323
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.591)	(3.332)
Realização de reservas	(1.624)	(1.338)
Aumento (Redução) do capital social	6	6
Reversão de reserva deliberada pela AGO	(2.973)	(2.000)
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	3.608	5.811
Disponibilidades no início do exercício	13.572	7.761
Disponibilidades no final do exercício	17.180	13.572

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

2.5 – Notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais)

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Turvo, estado de Santa Catarina e tem como principal objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico da sua área de atuação, por meio da distribuição de energia elétrica e serviços de interesse do seu quadro de associados. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infra-estrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A permissão para atuar no setor de distribuição de energia elétrica tem como prazo único de 20 (vinte anos) contados a partir de 28 de novembro de 2008.

NOTA 02 - DA PERMISSÃO

A permissionária detém permissão válida até o ano 2038 para a distribuição de energia elétrica, (conforme aditivo referendado pela ANEEL em 06/05/2021) em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e permissionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a 21.352 mil consumidores.

NOTA 03 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária (Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, bem como as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, quando aplicáveis.

Adicionalmente, por se tratar de sociedade cooperativa, as demonstrações contábeis observam as disposições da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e estabelece o regime jurídico das sociedades cooperativas, especialmente no que se refere à apuração das sobras, constituição de fundos estatutários e tratamento das operações com associados e não associados.

Essas práticas estão convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

No âmbito setorial, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL instituiu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, por meio da Resolução Normativa nº 933/2021, o qual estabelece o plano de contas, as instruções contábeis e os critérios de evidenciação específicos para as concessionárias e permissionárias de energia elétrica. As disposições do MCSE são de aplicação obrigatória para as entidades reguladas a partir de 1º de janeiro de 2022. Adoção do modelo de apresentação da PAC – Prestação Anual de Contas;

- Utilização das naturezas de gastos e centros de custos;
- Configuração dos detalhes conforme preenchimento da RIT – Relatório de Informações Trimestrais;
- Aplicação do plano de contas regulatório;
- Contabilização da mão de obra para as ordens em curso;
- Contabilização da renda não faturada;
- Contabilização do rateio da administração central para a atividade;
- Aplicação do OCPC 08.

Em atendimento ao previsto na Resolução CFC nº 1.292/10, que aprovou a NBC TG 01(R4) Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a administração avalia e entende que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da depreciação ou de custos previstos na empresa de referência, e que ao final da permissão os bens remanescentes serão indenizados.

Sendo assim, o entendimento da CERSUL é de que não há evidência de ativos cujos valores não serão recuperáveis.

A CERSUL apresenta, no encerramento do exercício de 2025, as demonstrações contábeis societárias e regulatórias com valores expressos em reais mil, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

A) BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando requerido tratamento específico pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e regulamentação aplicável. A moeda funcional da Cooperativa é o Real (R\$), por ser a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, conforme os critérios estabelecidos no CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Resolução CFC NBC TG 02 (R3).

B) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração exerça julgamento na aplicação das políticas contábeis e na determinação de estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Entre as principais estimativas que podem envolver maior grau de julgamento destacam-se: vida útil e valor residual do ativo intangível vinculado à permissão, mensuração do ativo financeiro da permissão, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências, avaliação de estoques, mensuração de ativos e passivos financeiros setoriais (CVA, neutralidades e demais componentes financeiros), bem como demais obrigações estimadas. Os resultados efetivos podem diferir das estimativas adotadas, em razão das incertezas inerentes ao processo de mensuração. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração e seus efeitos são reconhecidos prospectivamente quando aplicável.

NOTA 04 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Dentre os principais procedimentos adotados para a elaboração das demonstrações contábeis, destacamos:

A) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

NÃO DERIVATIVOS

A Permissionária reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados/ negociados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Permissionária se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Permissionária reverte o registro de um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Permissionária transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Passivos financeiros são baixados quando as suas obrigações contratuais são liquidadas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial somente quando a Permissionária tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Instrumentos financeiros não-derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados conforme descrito a seguir:

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a Permissionária tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber fluxos de caixa contratuais, que representem exclusivamente pagamentos de principal e juros. São mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de eventuais perdas estimadas de crédito, reconhecidas com base no modelo de perdas esperadas (Expected Credit Loss – ECL).

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

São ativos financeiros mantidos tanto para recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto para eventual venda, cujos fluxos atendam ao teste SPPI. São mensurados ao valor justo, sendo as variações reconhecidas em outros resultados abrangentes. A Permissionária não possui instrumentos classificados nessa categoria na data-base das demonstrações contábeis.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Um ativo financeiro é classificado ao valor justo por meio do resultado quando não atende aos critérios de classificação ao custo amortizado ou ao VJORA, ou quando designado nessa categoria no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados pelo valor justo, e suas variações são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Na data-base das demonstrações contábeis, a Permissionária não possui instrumentos classificados nesta categoria.

A Permissionária possui os seguintes ativos e passivos financeiros não derivativos:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA: abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e numerários em trânsito, acrescidos dos rendimentos apropriados até a data do balanço, classificados ao custo amortizado.

RECEBÍVEIS: são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e, subsequentemente, quando aplicável, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, deduzidos das respectivas provisões para créditos de liquidação duvidosa. Abrangem o saldo de consumidores associados e outras contas a receber.

EXIGÍVEIS: abrangem o saldo a pagar pelas aquisições de bens ou serviços, bem como os valores tomados de empréstimos, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e subsequentemente, quando aplicável, mensurados pelo custo amortizado com o uso de taxa de juros efetiva, atualizados pelos encargos correspondentes após o reconhecimento inicial. Estão representados pelos fornecedores de mercadorias e serviços e outros débitos.

DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado.

A Permissionária não operou com instrumentos financeiros derivativos no decorrer do exercício.

B) PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentados líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

C) ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO IMOBILIZADO)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, estão registrados ao custo médio de aquisição.

D) ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

Os efeitos econômico-financeiros decorrentes dos processos de revisão e reajuste tarifário, especialmente aqueles relacionados à Parcela A e a outros componentes financeiros definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, geram diferenças temporais entre o momento do reconhecimento contábil e o respectivo repasse tarifário, originando ativos e passivos regulatórios.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tais valores eram controlados exclusivamente em registros regulatórios, não sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis societárias, em razão de incertezas quanto à sua realização ou exigibilidade.

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL promoveu aditamento aos contratos de concessão e permissão das distribuidoras de energia elétrica, com o objetivo de eliminar as incertezas existentes quanto ao direito de recuperação ou à obrigação de devolução desses valores por meio das tarifas futuras. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL fundamentou a inclusão desse dispositivo contratual.

Em decorrência desse aditamento contratual, o Conselho Federal de Contabilidade – CFC aprovou o Comunicado Técnico CTG 08, correlacionado à OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos Regulatórios, estabelecendo que, a partir da assinatura dos respectivos termos aditivos, tais ativos e passivos passam a atender aos requisitos para reconhecimento nas demonstrações contábeis societárias, por representarem direitos e obrigações com probabilidade de realização por meio do mecanismo tarifário.

No exercício de 2025, foram homologados novos valores de componentes financeiros no âmbito do reajuste tarifário anual, os quais impactaram os saldos de ativos e passivos regulatórios reconhecidos nas demonstrações contábeis.

E) INVESTIMENTOS

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

F) IMOBILIZADO

Registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzida de depreciação calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nos respectivos Tipos de Unidades de Cadastro - TUC, conforme determina a Resolução ANEEL (Manual de Controle do Ativo Imobilizado), às taxas anuais constantes da tabela anexa XVI - TAXAS DE DEPRECIACÃO. Em função do disposto nas instruções contábeis do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, os juros, encargos financeiros e variações monetárias, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no Imobilizado em Curso, estão registrados neste subgrupo como custo.

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

G) PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO INDENIZADO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da permissão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos consumidores.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial.

H) INTANGÍVEL

Nos termos dessas normas, quando a permissionária possui o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados, a infraestrutura é reconhecida como ativo intangível, sendo inicialmente mensurada pelo custo de construção ou aquisição.

Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização é reconhecida ao longo do prazo da permissão ou conforme o padrão de consumo dos benefícios econômicos do ativo.

O Valor Novo de Reposição (VNR) é utilizado como parâmetro regulatório nos processos de revisão tarifária para fins de apuração da Base de Remuneração Regulatória (BRR), não constituindo, contudo, critério de mensuração contábil societária do ativo intangível.

A Administração avalia, ao final de cada exercício, a existência de indicativos de perda no valor recuperável do ativo intangível, nos termos do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, não tendo sido identificadas evidências de que o valor contábil exceda seu valor recuperável na data-base das demonstrações contábeis.

D) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético – CDE é encargo setorial instituído pela Lei nº 10.438/2002, com a finalidade de promover a modicidade tarifária, a universalização do serviço público de energia elétrica e o desenvolvimento energético do País, incluindo o custeio de subsídios tarifários e políticas públicas do setor elétrico. Os valores correspondentes às quotas da CDE são definidos anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e repassados às distribuidoras por meio da estrutura tarifária, conforme regulamentação vigente.

b) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

A Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE é instituída pela Lei nº 9.427/1996 e destinada ao custeio das atividades de regulação e fiscalização exercidas pela ANEEL. O valor da taxa é fixado anualmente pela ANEEL, sendo calculado com base na receita operacional da concessionária/permissionária e nas disposições regulamentares aplicáveis, observada a proporcionalidade ao porte do serviço concedido.

c) Bandeiras Tarifárias

Desde 1º de julho de 2015, encontra-se em vigor o Sistema de Bandeiras Tarifárias, instituído pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, com a finalidade de sinalizar aos consumidores os custos variáveis de geração de energia elétrica ao longo do período tarifário.

O sistema classifica as condições de geração em bandeiras verde, amarela e vermelha (patamares 1 e 2), podendo ainda ser instituídos mecanismos extraordinários em situações específicas, conforme deliberação da ANEEL.

Quando acionadas as bandeiras amarela ou vermelha, são aplicados valores adicionais às tarifas de energia elétrica, os quais refletem o aumento do custo de geração, especialmente em períodos de maior acionamento de usinas termelétricas ou de condições hidrológicas desfavoráveis.

Os valores dos adicionais tarifários são definidos e periodicamente atualizados pela ANEEL, sendo integralmente repassados aos consumidores conforme regulamentação vigente, não representando receita adicional para a Permissionária, exceto por eventuais diferenças temporais de reconhecimento e liquidação financeira.

J) RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida quando (ou à medida que) a Cooperativa satisfaz uma obrigação de desempenho, mediante a transferência do controle do serviço ao consumidor, conforme estabelecido no CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

A receita de fornecimento de energia elétrica é reconhecida ao longo do tempo, à medida que a energia é efetivamente disponibilizada ao consumidor. A parcela correspondente à energia fornecida e ainda não faturada até a data do balanço é reconhecida como ativo contratual (receita não faturada), com base em estimativas consistentes de consumo.

A receita de construção da infraestrutura vinculada à permissão é reconhecida conforme requerido pela ICPC 01 (R1), sendo registrada sem margem, considerando que a Cooperativa atua como prestadora de serviço de construção vinculada ao contrato de permissão, e os respectivos custos são reconhecidos simultaneamente no resultado.

K) SALÁRIOS E ORDENADOS PAGAR

Estão demonstrados pelos valores das obrigações com salários de funcionários e com honorários de dirigentes, devidos até a data do balanço.

L) PROVISÃO DE FÉRIAS

Foi constituída para cobertura de 1/3 das férias vencidas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos sociais até a data do balanço.

M) OBRIGAÇÕES VINCULADAS A PERMISSÃO

Representa um passivo financeiro, constituído por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participações em investimentos realizados em parceria com a Outorgada, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, neste Subgrupo, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Inclui também neste subgrupo os recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa em Eficiência Energética – PEE aplicados no Ativo Imobilizado.

N) OUTROS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo que estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

O) APURAÇÃO DAS SOBRAS OU PERDAS

As sobras e perdas são apuradas pelo regime de competência.

NOTA 05 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Contas	Tipo	Remuneração	2025	2024
Caixa e Bancos			1.160	1.020
Fundo de Caixa			2	2
C. E. Federal	Conta Corrente	-	121	131
Sicoob Credisulca	Conta Corrente	-	167	146
Sicoob Credisulca A.I.	Conta Corrente	-	3	96
Banco do Brasil	Conta Corrente	-	23	171
Bradesco	Conta Corrente	-	36	141
Sicredi	Conta Corrente	-	86	60
Cresol	Conta Corrente	-	4	0
Numerário em trânsito			717	272
Aplicações Financeiras			16.021	12.552
C. E. Federal	CDI	101,72% CDI	236	211
Sicoob Credisulca	CDI	98% CDI	11.389	9.698
Banco do Brasil	CDI	107% CDI	2.144	1.911
Sicoob Credisulca	CDI	98% CDI	-	-
Sicredi	CDI		2.014	524
Cresol	CDI		238	208
Total			17.180	13.572

NOTA 06 - CONSUMIDORES ASSOCIADOS

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros os empréstimos e recebíveis.

COMPOSIÇÃO DAS CONTAS A RECEBER

Classes	2025	2024
Residencial	2.306	2.028
Industrial	2.509	2.259
Comercial	1.188	1.142
Rural	2.203	1.990
Poder Público	144	109
Iluminação Pública	225	205
Serviço Público	24	22
Parcelamento de Energia	381	495
Fornecimento não faturado	2.188	1.982
Subtotal – Consumidores	11.167	10.234
Serviço Taxado	10	7
Participação Financeira	77	65
Outros Créditos	63	75
SUB TOTAL	11.317	10.381
PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV. FATURAS	(824)	(765)
PROVISÃO P/CRÉDITO LIQ. DUV. S/ PARC.	(308)	(306)
TOTAL GERAL	10.185	9.310

As contas a receber de consumidores e outros estão apresentadas líquidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável. A PCLD é constituída com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera também uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

CURTO PRAZO	2025	2024
ICMS a recuperar	0	3
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	191	263
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (W2)	405	232
Outros créditos de icms	6	0
Total	602	498

LONGO PRAZO	2025	2024
ICMS sobre ativo imobilizado (W1)	216	262
Total	216	262

Valores de impostos e contribuições a serem compensados ou ressarcidos a curto e longo prazo, dos quais tiveram a seguinte procedência:

W1 – ICMS sobre a compra de bens do ativo imobilizado, no qual terá sua compensação em 48 parcelas mensais.

W2 – Saldo negativo de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, apurados sobre o resultado com terceiros, dos quais foram recolhidos por estimativa.

NOTA 08 – ESTOQUES

O Almoxarifado operacional é composto por materiais destinados à manutenção das operações de distribuição de energia.

Material	2025	2024
Almoxarifado em serviço	926	737
Resíduos e sucatas	29	26
Adiantamento a fornecedores	185	112
Total	1.140	875

NOTA 09 – SERVIÇOS EM CURSO

Descrição	2025	2024
Serviços Prestados a Terceiros	30	52
Serviços Próprios	1.309	1.495
Total	1.339	1.548

Valores referentes a serviços ainda não concluídos dos quais produzirão aumento do ativo imobilizado ou despesa, dependendo da característica e origem do serviço.

NOTA 10 – ATIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2025	2024
CDE - Neutralidade	513	160
PROINFA Neutralidade	67	24
TFSEE Neutralidade	4	1
IF CUSD e PIS e COFINS	-	1.093
ESS e ERR - Neutralidade	44	35
Sobrecontratação de Energia	-	1
Bandeiras Tarifárias	75	33
Variação de custos da Parcela A	399	-
IF CUSD e PIS e COFINS	834	233
Total	1.936	1.581

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-F.

NOTA 11 – SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Valores referem-se ao reembolso da CDE homologados por resolução ANEEL destinados a subvenção para custear descontos tarifários e baixa densidade demográfica.

NOTA 12 – OUTRAS CONTAS A RECEBER

Descrição	2025	2024
Serviços prestados a receber (W1)	230	270
(-) Provisão outros Creditos	(38)	(35)
Adiantamentos de Empregados	35	101
Rateio perda período 2000	1	1
Cheques e Parcelamentos a receber	43	43
Provisão de perdas de cheques e parcelamentos	(43)	(43)
Compartilhamento de infraestrutura	575	280
Alienações a Receber	2	1
Desativações em curso	(95)	48
Verbas indenizatórias	120	0
Total	832	666

W1 – Valores a receber referente à instalação de equipamentos de padrão de medição, que serão recebidos pela fatura mensal de cada consumidor que contratou o serviço.

NOTA 13 – IMOBILIZADO (INDENIZÁVEL E INTANGÍVEL)

Conforme determina o ICPC 01 e OCPC 05, os bens vinculados a contratos de permissão de serviço público devem ser classificados como Ativo financeiro indenizável e intangível.

CONTAS	2025	2024
Ativo indenizável (Permissão)	50.515	42.259
Bens não vinculados à permissão	212	170
Intangível *	91.222	89.953
Total	141.949	132.382

A partir de 2011, a nova regra pede que sejam reclassificados valores do ativo imobilizado que estão em função do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, para os grupos de Ativo Financeiro e Ativo Intangível, atendendo a OCPC 05, onde:

“De acordo com os contratos de permissão, consideram-se bens vinculados aqueles construídos ou adquiridos pelo permissionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos”

INTANGÍVEL

CONTAS (Distribuição)	2024	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido 2025	Líquido 2024
Em Serviço	106.739	45.828	(39.848)	(47.419)	65.300	62.381
Softwares	371	0	0	(371)	0	1
Terrenos	84	63	(63)		84	84
Edificações	207	35	(35)	(157)	50	56
Máquinas e Equipamentos	98.668	44.370	(39.686)	(42.207)	61.146	58.774
Móveis e Utensílios	334	122	(20)	(303)	132	39
Veículos	7.075	1.238	(43)	(4.382)	3.888	3.427
Em Curso	10.550	46.358	(46.644)		10.263	10.550
Sistema de Transmissão	17.151	14.984	(14.984)	(3.325)	13.826	14.903
Total Distribuição	134.439	107.170	(101.476)	(50.744)	89.390	87.834

CONTAS (Administração)	2024	Adições	Baixas	Depreciação Acumulada	Líquido 2025	Líquido 2024
Em Serviço	4.259	480	(122)	(1.663)	2.954	3.233
Softwares	147	0	0	(137)	10	25
Máquinas e Equipamentos	1.049	433	(98)	(541)	843	596
Móveis e Utensílios	312	48	(24)	(169)	167	146
Edificações e Benfeitorias	2.275	0	0	(559)	1.716	2.194
Veículos	475	0	0	(258)	218	272
Em Curso	(1.114)	430	(438)		(1.122)	(1.114)
Total Administração	3.144	911	(560)	(1.663)	1.832	2.119
Total do Intangível	137.584	108.081	(102.035)	(52.407)	91.222	89.953

As principais taxas anuais de depreciação por macro atividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/2015 de 11/08/2015, são as seguintes:

Distribuição	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Banco de capacitores classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Chave seccionadora classe de tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura poste	3,57%
Regulador de tensão inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de força	2,86%
Transformador de distribuição aéreo	4,00%
Administração	Taxas Anuais de Depreciação (%)
Veículos	14,29%
Edificações	3,33%
Equipamento geral	6,25%
Equipamento geral de informática	16,67%
Software	20,00%
Urbanizações e benfeitorias	3,33%

NOTA 14 – INVESTIMENTOS

Descrição	2025	2024
Fecoerusc	2	2
Brasil Telecom	7	7
Credisulca	754	702
Total	763	711

Maior parte do investimento refere-se a cooperativa de crédito.

NOTA 15 - FORNECEDORES

Descrição	2025	2024
CELESC	525	220
Encargos do uso da rede elétrica	662	619
Compra Energia - Mercado Livre	2.207	1.942
Materiais	1.757	2.699
Serviços	106	67
Total	5.258	5.548

NOTA 16 – SALÁRIOS E ORDENADOS A PAGAR

Descrição	2025	2024
Empregados	523	506
Provisão de férias	1.533	1.551
I N S S	330	301
F G T S	99	97
P I S	8	8
Imposto de renda - empregados	286	270
Contribuição sindical	1	1
Pensões judiciais	2	1
Consignados funcionarios	12	-
Diretores	32	27
Total	2.827	2.764

NOTA 17 – IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

CURTO PRAZO	2025	2024
ICMS	842	911
Retenções PJ – IRRF/ISSQN/INSS	38	29
Retenções PF – IRRF	6	5
PIS, COFINS, IRPJ e CSLL ato não cooperativa	7	2
Total	893	947

NOTA 18 – SOBRAS A REPASSAR GERAÇÃO

Os valores referentes ao repasse das sobras apuradas ao final do exercício são submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária, órgão competente para aprovar a destinação do resultado, nos termos do Estatuto Social da Cooperativa. Conforme proposta da administração, após a aprovação em assembleia, parte das sobras poderá ser destinada ao fortalecimento das atividades de geração de energia, mediante repasse à Cooperativa de Geração de Energia e Desenvolvimento, entidade vinculada ao sistema cooperativo, em consonância com os objetivos institucionais e estratégicos da Cooperativa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 2.573 mil encontra-se registrado para essa finalidade, cuja composição está demonstrada a seguir:

2024	Saldo Final 2024	264
2025	Valor aprovado	2.974
2025	Repasse aprovado	(665)
SALDO 31/12/2025		2.573

NOTA 19 – TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	2025	2024
Conta de desenvolvimento energético - CDE	1.660	1.157
Taxa de fiscalização	17	16
Comp financeira de recursos hídricos	-	-
Total	1.677	1.173

NOTA 20 – PASSIVOS REGULATÓRIOS

Descrição	2025	2024
Compra de Energia - Constituição	212	3.036
Compra de Energia - Constituição	2.775	-
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	84	512
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	853	-
Proinfra - Neutralidade	66	110
TFSEE - Neutralidade	6	11
CDE - Neutralidade	504	721
ESS - ERR - Neutralidade	48	-
Sobrecontratação de Energia	405	-
Sobrecontratação de Energia	14	-
Repasse bandeira tarifaria	440	175
Risco hidrológico	580	624
Quitação CDE Escassez	-	150
CDE Conta Escassez	37	26
Recurso Rateio Eletrobras	68	-
Risco hidrológico	1.487	-
Quitação Escassez Hidrica	479	-
CDE Escassez Livres	80	-
DIC FIC	0	-
Financeiros Ren. 1000/2021	3	-
Total	8.142	5.365

Valores registrados contabilmente a partir da assinatura do Aditivo de contrato de permissão, conforme Nota 04-D.

NOTA 21 – OUTROS DÉBITOS

Descrição	2025	2024
Debitos e Creditos da faturas	5	19
Convênio iluminação pública	210	208
Convênios c/ hospitais e associações	722	464
Capital social a devolver associado	72	73
Sobras a distribuir	23	23
Devol. a efetuar/ Duplicidade/ Créditos a identificar	70	72
Compra de crédito de ICMS a pagar – empresa	-	33
Outros	35	33
Total	1.137	925

NOTA 22 – PROVISÕES E CONTINGÊNCIAS

A administração da cooperativa, com base nas avaliações realizadas pela assessoria jurídica, procedeu à análise das demandas judiciais e administrativas em que a entidade figura como parte.

Em decorrência dessas análises, não foram identificadas ações com risco de perda classificado como provável que demandassem a constituição de provisão nas demonstrações contábeis, ou, quando existentes, apresentam valores considerados imateriais em relação ao conjunto das demonstrações financeiras.

As demais demandas judiciais encontram-se classificadas com risco de perda possível ou remoto, perfazendo o montante estimado de aproximadamente R\$ 3,6 milhões na data-base destas demonstrações contábeis. Em conformidade com os critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na NBC TG 25 (R2) – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.180/09, não há necessidade de reconhecimento contábil de provisão para tais contingências, sendo estas objeto apenas de divulgação em notas explicativas, quando aplicável.

A administração acompanha periodicamente a evolução dessas demandas, avaliando eventuais mudanças na classificação de risco ou no valor estimado de exposição.

NOTA 23 - CAPITAL SOCIAL

Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 21.364 (Vinte um mil, trezentos e sessenta e quatro) associados em 31/dez/2025.

NOTA 24 - DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

As destinações estatutárias foram calculadas de acordo com o estatuto social, conforme quadro a seguir:

Demonstrativo da Base de Cálculo	Valor R\$
A) Ajustes de exercícios anteriores	-
B) Realização dos ajustes de avaliação patrimonial	566
C) Sobras líquidas do exercício	13.354
Total das sobras	13.920
(D) Sobras com associados	13.407
(E) Resultado com terceiros	513
Total do Resultado	13.920
BASE PARA AS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	13.407
Demonstrativo das Destinações Estatutárias	
F) Reserva Legal - 10% das sobras	1.341
G) Reserva de Assist. Téc. Ed. Social (RATES) = (5%) + (Resul. Terceiros)	1.183
H) Reserva de Manutenção, Ampliações e Melhorias - 40% das sobras	5.363
D) Total das destinações estatutárias	7.887
J) Sobras À disposição da AGO	6.033

Andrei Magagnin
CPF: 669.450.899-91
Presidente

Joelma Walnier dos Santos
CPF: 036.815.639-77
CRC: 030.3850 – 2
Contadora

3 – Relatório dos auditores e parecer do conselho fiscal

3.1 – Relatório dos auditores

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões

estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 06 de março de 2026.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949
JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Assinado de forma digital por
JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949
Dados: 2026.03.19 17:40:07 -03'00'

3.2 – Parecer conselho fiscal

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINARIA DO CONSELHO FISCAL DA CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA, REALIZADA NO DIA 26 DO MES DE MARÇO DE 2026.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e vinte seis, às dezessete horas, na sala de reuniões desta Cooperativa, sito a Rua Ludovico Menegaro, 1275, Bairro São Luiz, Turvo Santa Catarina, CEP 88.930-000, CNPJ 86.512.670/0001-02, I.E. 250.249.537 e NIRE 4240000391-5, reuniram-se extraordinariamente os membros efetivos do Conselho Fiscal - Coordenador -; HELDER PIZZETTI Secretário ROGERIO ANTONIO CASAGRANDE; Membro Efetivo ALENCAR DANIEL SALVARO; membro Efetivo GILMAR ANTONIO DE LEMOS JUNIOR; ROGERIO ANTONIO CASAGRANDE; com fins específicos para tratarem de assuntos relacionados a esta cooperativa, para apuração do Relatório da Diretoria, Balanços e Apreciação de contas relativas ao ano de 2025; de que trata o artigo 44º (quadragésimo quarto) item XI (décimo primeiro) do Estatuto Social. Após minucioso exame dos documentos e acolhido o parecer dos Auditores Independentes, decidimos por unanimidade aprovar os balancetes mensais e Balanço Geral, inclusive o Demonstrativo e Relatório do Conselho de Administração referente ao exercício anual encerrado em 31 de Dezembro de 2025, emitindo nosso parecer e recomendando à Assembleia Geral Ordinária a sua aprovação. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Coordenador Sr. HELDER PIZZETTI e para constar, eu, ROGERIO ANTONIO CASAGRANDE, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada por mim e demais membros presentes. TURVO (SC), 26 de Março de 2026.

Coordenador.....


HELDER PIZZETTI

Secretário...


ROGERIO ANTONIO CASAGRANDE

Membro Efetivo


ALENCAR DANIEL SALVARO

Membro Efetivo


GILMAR ANTONIO DE LEMOS JUNIOR

Membro Efetivo : ROGERIO ANTONIO CSAGRANDE


4 – Relatório de recomendações dos auditores independentes para aprimoramento dos controles internos

CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA.

Turvo - SC

CARTA DE CONTROLES INTERNOS Nº 07/2026

(Recomendações para Aprimoramento dos Controles Internos)

1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

- (1.1)** Com vistas à execução dos trabalhos de íterim, referentes à auditoria independente voltada ao exame dos controles e procedimentos internos dessa cooperativa, relativas ao período de 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, a sede da mesma foi visitada durante o período de 2025, e fevereiro de 2026.
- (1.2)** Os trabalhos foram realizados segundo padrões usuais de auditoria, incluindo, conforme o caso, a aplicação de testes e exames sobre as operações, livros, registros, documentos e posições contábeis e auxiliares em geral, numa base seletiva, na extensão e profundidade julgada necessárias nas circunstâncias.
- (1.3)** De forma subsidiária aos objetivos dos trabalhos, relacionamos a seguir os pontos anotados no curso dos mesmos e que entendemos ser conveniente destacar, com as recomendações, conforme o caso, sobre controles internos, procedimentos contábeis em geral ou sobre outras situações, para informação e providências julgadas necessárias.
- (1.4)** Tais pontos podem referir-se, de forma atualizada, a situações anteriormente relatadas que estiverem se repetindo.

2 – CONTROLES INTERNOS

O trabalho compreendeu uma análise financeira mensal completa com a entrada e saída de recursos, testes de conciliação dos recebimentos de faturas dos consumidores, testes de pagamentos realizados a fornecedores, revisão das rotinas de recebimentos e pagamentos, escrituração contábil, revisão de documentação de origem e integração com a contabilidade.

3 – FINANCEIRO

Foram realizados trabalhos de auditoria voltados aos controles internos da CERSUL, especialmente quanto ao saldo de Contas bancárias a vista, Fundo de Caixa e Aplicações Financeiras, e o reflexo de seus registros na escrita contábil, especialmente no que tange a arrecadação das faturas de energia elétrica e ao pagamento de fornecedores, encargos, tributos e demais gastos. Dessa forma, no intuito de fortalecer os procedimentos, relatórios e informações utilizadas pela entidade, efetuamos testes nos controles, conciliações, planilhas e relatórios, que comumente são utilizados para amparar sua movimentação.

As análises tiveram como data-base 30/abr./2025. Na sequência, apresentamos os pontos que entendemos ser conveniente destacar.

(3.1) SALDO CONTÁBIL VERSUS EXTRATOS BANCÁRIOS

a) CONTAS CORRENTE

Confrontamos o saldo contábil com os extratos bancários emitidos diretamente das instituições financeiras na data-base de 30/abr./2025, conforme demonstrado na sequência.

Descrição	Saldo Contábil	Saldo Extrato	Conferência	
CEF - 4270/ 1292/ 000577220475-7	100.589,96	100.500,33	89,63	W1
SICOOB - 3074-0/ 1.601-2	257.897,14	257.897,14	-	
BB - 3422-3/ 4409-1	406.905,78	406.905,78	-	
SICOOB - 3074-0/ 18.157-9	6.696,72	6.696,72	-	
BRADESCO - 00331/ 0258031-4	134.583,65	134.583,65	-	
SICREDI - 2604/ 62364-6	26.736,94	26.736,94	-	
CRESOL - 2591/ 11191-0	126,89	126,89	-	
BRADESCO - 0895/ 000000162672-8	13.434,06	13.434,06	-	
BRADESCO - 0895/ 000000300397-3	-	-	-	
BRADESCO - 0895/ 000000300398-1	-	-	-	
Total	946.971,14	946.881,51	89,63	

W1 Arrecadação pendente do dia 29/04/2025 a ser repassado pelo banco em maio/2025.

Salvo a situação relatada em W1 acima, os saldos contábeis não apresentaram divergências quando comparados aos extratos bancários.

b) FUNDO DE CAIXA

Da mesma forma, confrontamos os saldos contábeis de fundo de caixa com o boletim de caixa emitido pelo departamento financeiro na data-base de 30/abr./2025:

Descrição	Saldo Contábil	Bol. de Caixa	Conferência
CENTRAL	-	-	-

Durante o mês de abril de 2025, o caixa central da Entidade teve 10 (dez) entradas de recursos, totalizando R\$ 2.221,96 de entradas no mês. Teve também no mesmo período 8 (oito) saídas de recursos, totalizando também R\$ 2.221,96 em saídas no mês.

c) APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Assim como nos saldos de contas corrente, confrontamos o saldo contábil das aplicações financeiras com os extratos bancários emitidos diretamente das instituições financeiras na data-base de 30/abr./2025, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Saldo Contábil	Saldo Extrato	Conferência
SICOOB	10.164.089,79	10.164.089,79	-
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	219.359,65	219.359,65	-
BANCO DO BRASIL	1.993.014,91	1.993.014,91	-
SICREDI	1.541.922,92	1.541.922,92	-
CRESOL	216.361,52	216.361,52	-
Total	14.134.748,79	14.134.748,79	-

Os saldos contábeis não apresentaram divergências quando comparados aos extratos bancários das aplicações financeiras.

(3.2) FLUXO DE CAIXA FINANCEIRO

Em posse dos razões contábeis e extratos bancários do mês de abril de 2025 de todas as contas corrente da entidade e do boletim de caixa mensal, foi elaborado o seguinte fluxo de caixa contendo as movimentações de cada conta analisada analiticamente:

Descrição	Saldo Inicial	Entradas	Saídas	Saldo Final
CEF - 4270/ 1292/ 000577220475-7	146.709,80	1.255.349,28	(1.301.469,12)	100.589,96
SICOOB - 3074-0/ 1.601-2	81.437,61	3.157.839,32	(2.981.379,79)	257.897,14
BB - 3422-3/ 4409-1	38.275,13	7.948.019,00	(7.579.388,35)	406.905,78
SICOOB - 3074-0/ 18.157-9	4.788,02	2.000,00	(91,30)	6.696,72
BRADESCO - 00331/ 0258031-4	199.557,74	1.232.453,51	(1.297.427,60)	134.583,65
SICREDI - 2604/ 62364-6	20.752,24	324.094,55	(318.109,85)	26.736,94
CRESOL - 2591/ 11191-0	126,89	-	-	126,89
BRADESCO - 0895/ 000000162672-8	-	200.392,82	(186.958,76)	13.434,06
BRADESCO - 0895/ 000000300397-3	-	588.525,68	(588.525,68)	-
BRADESCO - 0895/ 000000300398-1	-	490.438,06	(490.438,06)	-
Total	491.647,43	15.199.112,22	(14.743.788,51)	946.971,14

Totalizando as instituições financeiras, temos o seguinte quadro, agrupando as entradas e saídas por natureza:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo Inicial	491.647,43
Entradas	15.201.334,18
Gerais	10.797.607,42
Por transferência	4.403.726,76
Saídas	(14.746.010,47)
Gerais	(9.042.283,71)
Por transferência	(4.403.726,76)
Por aplicações	(1.300.000,00)
Saldo Final	946.971,14

Por sua vez, as contas de aplicações financeiras apresentaram a seguinte movimentação no mês de abril de 2025:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo Inicial	12.721.790,84
Entradas (aplicações)	1.300.000,00
Rendimentos	112.957,95
Saldo Final	14.134.748,79

Desconsiderando as transferências entre contas corrente e caixa, temos o seguinte quadro geral:

Descrição	Valor (R\$)
Saldo Inicial	491.647,43
Entradas	10.797.607,42
Saídas	(9.042.283,71)
(+/-) Aplicações financeiras	(1.300.000,00)
Saldo Final	946.971,14

Nos *Anexos I e II* deste Relatório é apresentado o fluxo de caixa analiticamente separado por conta corrente e de aplicação. Na sequência, apresentamos os pontos que entendemos ser conveniente destacar durante as análises.

(3.3) ENTRADAS DE RECURSOS

Conforme demonstrado anteriormente, desconsiderando as transferências de recursos, as entradas nas contas corrente e caixa durante o mês de abril de 2025 totalizaram R\$ 10.797.607,42, as quais foram classificadas por sua natureza conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Valor (R\$)	%
ARRECADAÇÃO	8.513.806,80	78,85
SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS	2.061.196,91	19,09
COMPARTART. INFRA-ESTRUTURA	159.218,12	1,47
BANDEIRAS TARIFÁRIAS	54.939,38	0,51
OUTRAS ENTRADAS	8.446,21	0,08
Total	10.797.607,42	100,00

Observa-se que quase 80% do total da entrada de recursos da Entidade refere-se à arrecadação das faturas de energia elétrica, cuja movimentação foi minuciosamente analisada, assim como as outras principais entradas, cujas análises são demonstradas na sequência.

a) ARRECADAÇÃO

Para conferência dos valores recebidos na arrecadação das faturas de energia elétrica, utilizamos o relatório de recebimentos do mês de abril de 2025, emitido pelo departamento financeiro em confronto com os valores recebidos a título de arrecadação nos extratos bancários, totalizados por instituição financeira.

Os extratos bancários, por sua vez, apresentam uma divergência com os razões contábeis de R\$ 966,01, totalizando R\$ 8.512.840,79. Essas e outras divergências são demonstradas e analisadas a seguir:

Instituição Financeira	Relatório de Recebimentos	Extrato	Diferença	
BANCO DO BRASIL	3.530.387,11	3.483.683,71	46.703,40	
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.215.896,99	1.253.260,25	(37.363,26)	
BRADESCO	1.121.297,45	1.134.219,52	(12.922,07)	
SICOOB	2.661.753,05	2.617.827,48	43.925,57	
SICREDI	23.904,43	23.849,83	54,60	
OUTROS	20.660,88	-	20.660,88	
Total	8.573.899,91	8.512.840,79	61.059,12	W1

W1 Em sua maioria, as divergências referem-se a diferença temporal entre a entrada do recurso na instituição financeira e a data do efetivo pagamento pelo consumidor, apresentada no relatório financeiro de recebimentos. Dessa forma, no início do mês existem entradas referentes a arrecadação do mês anterior e ao final do mês o relatório de recebimentos apresenta valores que irão creditar nas contas bancárias no mês posterior. Para melhor entendimento, elaboramos a tabela a seguir:

Instituição Financeira	Diferença inicial	Entrada bancária referente ao mês anterior	Recebimento cuja entrada bancária se dará no mês seguinte	Diferença final	
BANCO DO BRASIL	46.703,40	366.033,30	(412.426,72)	309,98	A1
CAIXA E. FEDERAL	(37.363,26)	63.962,64	(26.510,35)	89,03	A2
BRADESCO	(12.922,07)	19.556,43	(6.634,36)	-	
SICOOB	43.925,57	46.432,03	(89.926,40)	431,20	A3
SICREDI	54,60	-	-	54,60	A3
OUTROS	20.660,88	-	-	20.660,88	A4
Total	61.059,12	495.984,40	(535.497,83)	21.545,69	

A1 Divergência refere-se ao pagamento parcelado de um consumidor, originado de processo judicial. O consumidor deposita um valor estipulado judicialmente e, quando o valor total depositado atinge ou ultrapassa o valor de uma fatura, essa fatura é baixada, sendo o restante contabilizado como adiantamento para as próximas faturas. Dessa forma, o valor da diferença foi arrecadado em períodos anteriores, sendo baixado no mês sob análise (abril/2025);

A2 Arrecadação pendente do dia 29/04/2025 a ser repassado pelo banco em maio/2025, vide exposto no item 3.1, a) deste relatório;

A3 Divergência resultante do fato de algumas instituições financeiras realizam o crédito na conta bancária líquido de tarifas;

A4 Baixas por consumo próprio de energia elétrica da Cooperativa e outras baixas automáticas realizadas automaticamente pelo sistema por erro de leitura e pelo parcelamento de faturas (agente de arrecadação 10):

Motivo Baixa	Valor (R\$)	%
CONSUMO PRÓPRIO	15.022,30	72,71
PARCELAMENTO	3.255,22	15,76
ERRO DE LEITURA	2.383,36	11,53
Total	20.660,88	100,00

Adicionalmente a esses confrontos e análise, verificamos a correta contabilização da arrecadação nas contas contábeis bancárias e de trânsito, sem exceções identificadas.

b) SUBSÍDIOS TARIFÁRIOS

Os valores recebidos a título de subsídios tarifários durante o mês de abril de 2025, referem-se aos subsídios referentes a março/2025 recebidos de acordo com a Resolução Homologatória nº 3.404/2024 e Nota Técnica nº 145/2024 aprovadas após o último reajuste tarifário de 2024. Adicionalmente, foram recebidos valores residuais de DMR e CDE referentes a janeiro/2025 e valores de DMR e CDE referentes a fevereiro/2025, conforme Despacho nº 870/2025:

Descrição	Recebido	Homologado	Diferença
SUBSÍDIO COMP. BAIXA DENSIDADE	1.809.315,24	1.809.315,24	-
SUBSÍD. CARGA FONTE INCENTIV / IRRIGANTE/ AQUICULTOR/ SCEE	233.985,70	233.985,70	-
SUBSÍDIO CDE BAIXA RENDA 01/2025	9.097,78	9.097,78	-
SUBSÍDIO CDE BAIXA RENDA 02/2025	8.798,19	8.798,19	-
Total	2.061.196,91	2.061.196,91	-

Também verificamos a correta contabilização dos subsídios nas contas contábeis, sem exceções identificadas.

c) COMPARTILHAMENTO DE INFRA-ESTRUTURA

Valores recebidos pela disponibilização e compartilhamento da rede de postes com empresas de telecomunicações para instalação de cabos e demais equipamentos necessários a prestação do serviço dessas empresas.

Cliente	Valor (R\$)	%
R.PIETSH & CIA LTDA - ME	55.560,12	34,89
CARLESSI COM. E SOLUÇÕES DE INT.	28.481,25	17,89
SULCATEL COMERCIO DE TELEF.	13.238,97	8,31
SUL ONLINE TELECOM LTDA	10.989,00	6,90
CERSUL TELECOMUNICAÇÕES LTDA	8.130,75	5,11
NETFÁCIL TELECOM EIRELI	7.936,50	4,98
INTERLIGA SOLUÇÕES TECNOLÓGIC.	7.153,95	4,49
BÚRIGO & ESTEVES KRUGER LTDA	6.471,30	4,06
DUNET LTDA EPP	6.465,75	4,06
CONTATO INTERNET EIRELI EPP	5.955,15	3,74
ACESSOLINE TELECOMUNICAÇÕES LT	3.274,50	2,06
VIA LOCALNET BANDA LARGA	1.498,50	0,94
CLARO NXT TELECOMUNICAÇÕES S/A	1.370,85	0,86
CONNECTA INTERNET COMÉRCIO E S.	727,04	0,46
PONTONET COMPUTADORES E REDES	660,45	0,41
VOGEL SOLUÇÕES EM TELECOMUNIC.	621,60	0,39
TECMIDIAWEB EIRELI	310,59	0,20
ENGEPLUS TELECOM LTDA ME	266,40	0,17
NS SOLUÇÕES EM TICS LTDA	66,60	0,04
NET LIDER LTDA	61,05	0,04
Total	159.240,32	100,00

Através de amostragem, analisamos a documentação suporte dos documentos de cobrança dos alugueis, além da contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

d) BANDEIRAS TARIFÁRIAS E OUTRAS ENTRADAS

O encargo setorial recebido durante o mês de abril de 2025 refere-se ao repasse recebido da conta de bandeiras tarifárias referente ao mês de fevereiro de 2025 e estabelecido pelo Despacho nº 929/2024 no valor de R\$ 54.939,38.

Verificamos a correta contabilização do recebimento nas contas contábeis, sem exceções identificadas.

Em relação as outras entradas, que totalizaram R\$ 8.446,21 e representam aproximadamente 0,08% do total de entradas no mês, não houve análise documental.

(3.4) SAÍDA DE RECURSOS

As saídas de recursos financeiro da Entidade durante o mês de abril de 2015 totalizaram R\$ 9.042.283,71 desconsiderando as transferências de recursos, e foram classificadas de acordo com sua natureza, demonstrado abaixo:

Descrição	Valor (R\$)	%
FORNECEDORES	4.607.212,12	50,96
TRIBUTOS	1.384.735,03	15,31
ENCARGOS SETORIAIS	1.313.945,60	14,53
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	1.045.277,12	11,56
CONVÊNIOS	300.402,00	3,32
COSIP	237.854,32	2,63
GASTOS DIVERSOS (RESULTADO)	62.000,02	0,69
ARREND. E ALUGUÉIS (RESULTADO)	33.678,69	0,37
OUTRAS SAÍDAS	57.178,81	0,63
Total	9.042.283,71	100,00

Na sequência apresentamos o resultado de nossas análises.

a) FORNECEDORES

Para conferência dos valores pagos aos fornecedores, utilizamos o relatório de pagamentos do mês de abril de 2025 emitido pelo departamento financeiro. Inicialmente classificamos os fornecedores de acordo com sua natureza contábil e posteriormente confrontamos os pagamentos via extratos bancários com os valores constantes no relatório de pagamentos, cujo resultado é demonstrado abaixo:

Fornecedores	Relatório de Pagamentos	Extrato	Diferença	
MATERIAIS E SERVIÇOS	2.017.646,99	1.830.517,75	187.129,24	W1
COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA	1.588.868,96	1.775.781,56	(186.912,60)	W2
ENCARGOS DE USO DO SISTEMA	614.067,41	614.067,41	-	
SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	260.410,26	260.410,26	-	
ADIANTAMENTOS	126.435,14	126.435,14	-	
Total	4.607.428,76	4.607.212,12	216,64	

W1 As divergência referem-se a baixas contábeis de adiantamentos realizados e baixados neste período pelo fato da emissão do documento suporte e não se referem a pagamentos efetivamente realizados neste momento:

Descrição	Valor (R\$)	%
SICOOB SOLUÇÕES DE PAGAM. LTDA	112.000,00	59,85
EMVIC - TECNOLOGIAS APLIC. LTDA	69.698,00	37,25
GURGELMIX MÁQUINAS E FERR. S.A.	4.998,34	2,67
SICOOB SOLUÇÕES DE PAGAM. LTDA	432,90	0,23
Total	187.129,24	100,00

W2 Valores pagos a título de Encargos de Energia de Reserva - EER da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, contabilizadas diretamente no resultado do exercício.

Além dessas situações, também foram verificadas a correta contabilização nas contas contábeis de fornecedores, sem exceções identificadas.

b) TRIBUTOS

Os tributos recolhidos no mês de abril de 2025 referem-se majoritariamente ao ICMS (tributo estadual) referente a competência de março de 2025, cuja apuração foi analisada e conferida. Os tributos federais e municipais referem-se majoritariamente a PIS/ COFINS/ CSLL e ISS retidos sobre notas fiscais.

Descrição	Valor (R\$)	%
TRIBUTOS ESTADUAIS	1.348.559,20	97,39
TRIBUTOS FEDERAIS	17.470,42	1,26
TRIBUTOS MUNICIPAIS	18.705,41	1,35
Total	1.384.735,03	100,00

Adicionalmente a essa análise, verificamos a correta contabilização dos tributos nas contas contábeis, sem exceções identificadas.

c) ENCARGOS SETORIAIS

Os encargos setoriais pagos durante o mês de abril de 2025 referem-se majoritariamente a quota mensal recolhida a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE Uso, homologada pela Resolução Homologatória nº 3.404/2024 no valor mensal de R\$ 1.075.057,81.

Compreendem também valores recolhidos a título de Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE, fixada pela Nota Técnica nº 145/2024, outros recolhimentos feitos a CDE e recolhimento ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica.

Pagamento	Histórico	Valor
10/04/2025	CDE Uso	1.075.057,81
10/04/2025	PROINFA	140.698,26
10/04/2025	CDE Geração	82.224,70
15/04/2025	TFSEE	15.964,83
Total		1.313.945,60

Analisamos toda a documentação suporte e contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

d) OBRIGAÇÕES SOCIAIS

Valores pagos a colaboradores e diretores referentes a folha de pagamento do mês de março/2025 e adiantamentos de férias aos colaboradores, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Valor (R\$)	%
FOLHA DE PAGAMENTO	551.322,60	52,75
TRIBUTOS	482.935,74	46,20
ADIANTAMENTOS DE FÉRIAS	7.984,22	0,76
CONSIGNAÇÕES	3.034,56	0,29
Total	1.045.277,12	100,00

Foram analisados os arquivos da folha de pagamento e demais documentação suporte aos pagamentos em questão, além da contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

e) CONVÊNIOS

Referem-se a repasses realizados a associações de valores descontados, devidamente autorizados, dos consumidores direto nas faturas de energia elétrica. Constatam também valores repassados a associações a título de convênio para atendimento dos funcionários, conforme demonstrado a seguir:

Instituição	Valor (R\$)	%
ASSOC. IRMÃ ÚRSULA HEIDEMANN	136.422,00	45,42
ASSOC. SÃO JUDAS TADEU	121.675,00	40,50
ASSOC. MANT. AMIG. DO HOSP. TIMBÉ	34.280,00	11,41
PLANO DE SAÚDE FUNCIONÁRIOS	6.721,00	2,24
OUTRAS ASSOCIAÇÕES	1.304,00	0,43
Total	300.402,00	100,00

Analisamos a documentação suporte além da contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

f) COSIP

Valores recolhidos a título de Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP aos municípios atendidos pela Entidade na prestação do serviço referente a competência de março de 2025.

Pagamento	Histórico	Valor
11/04/2025	MUNICÍPIO DE TURVO	148.565,71
11/04/2025	MUNICÍPIO DE MELEIRO	32.264,50
11/04/2025	MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL	22.490,43
11/04/2025	MUNICÍPIO DE ERMO	12.712,74
11/04/2025	MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE	10.906,00
11/04/2025	MUNICÍPIO DE MARACAJÁ	4.923,63
11/04/2025	MUNICÍPIO DE ARARANGUÁ	4.120,00
11/04/2025	MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA	1.871,31
	Total	237.854,32

Também verificamos a documentação suporte além da contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

g) GASTOS DIVERSOS (RESULTADO)

Valores diversos pagos referentes a tarifas bancárias pela arrecadação das faturas de energia elétrica pelas instituições financeiras, despesas com indenizações aos consumidores por danos elétricos, carta de fiança bancária, entre outros gastos demonstrados na sequência:

Descrição	Valor (R\$)	%
TARIFAS BANCÁRIAS	33.666,72	54,30
INDENIZAÇÕES	21.071,01	33,99
CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA	5.500,00	8,87
OUTROS GASTOS	1.762,29	2,84
Total	62.000,02	100,00

Através de amostragem, analisamos a documentação suporte e contabilização nas corretas contas contábeis, sem exceções identificadas.

h) ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS (RESULTADO) E OUTRAS SAÍDAS

Valores pagos a título de aluguel de salas comerciais e prédios para o funcionamento e atendimento da Cooperativa:

Descrição	Valor (R\$)	%
PRÉDIOS - SEDE TURVO	31.278,69	92,88
SALA COMERCIAL - ERMO	1.200,00	3,56
SALA COMERCIAL - MARACAJÁ	1.200,00	3,56
Total	33.678,69	100,00

Conferimos a correta contabilização, sem exceções identificadas. Para as demais saídas, que totalizaram R\$ 57.178,81 e representam aproximadamente 0,63% do total de saídas no mês, não houve análise documental.

Criciúma, 27 de abril de 2026.

JOSE HENRIQUE

EYNG:50626590949

MÜLLER EYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/SC-006351/O

JOSÉ HENRIQUE EYNG

Contador CRC-SC N° 17.329/O-8

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949

Dados: 2026.04.28 14:46:50 -03'00'

5 – Demonstrações contábeis e notas explicativas regulatórias

5.1 – Balanço patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL			
(Valores expressos em milhares de Reais)			
ATIVO			
	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		37.120	29.788
Caixa e equivalentes de caixa		17.180	13.572
Consumidores	07	10.185	9.310
Serviços em curso		1.339	1.548
Tributos compensáveis		601	498
Almoxarifado operacional		1.140	875
Ativos financeiros setoriais	08	1.937	1.581
Despesas pagas antecipadamente		251	216
Subsídios tarifários		3.655	1.522
Outros ativos circulantes		832	666
NÃO CIRCULANTE		142.899	133.326
Tributos compensáveis		216	262
Depósitos judiciais		-	-
INVESTIMENTOS		873	820
IMOBILIZADO	09	141.800	132.218
INTANGÍVEL	09	10	26
TOTAL DO ATIVO		180.019	163.114

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

BALANÇO PATRIMONIAL
(Valores expressos em milhares de Reais)

PASSIVO			
	NOTA	31/dez/25	31/dez/24
CIRCULANTE		22.507	16.986
Fornecedores		5.258	5.548
Obrigações sociais e trabalhistas		2.827	2.764
Tributos		893	947
Encargos setoriais		1.677	1.173
Passivos financeiros setoriais	08	8.142	5.365
Sobras a repassar geração		2.573	264
Outros passivos circulantes		1.137	925
NÃO CIRCULANTE		6.531	3.911
Provisões para litígios		-	-
Obrigações vinculadas a permissão	10	6.531	3.911
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	150.981	142.217
CAPITAL SOCIAL		207	201
RESERVAS DE CAPITAL		1.233	1.233
REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA		5.078	5.644
RESERVAS DE SOBRAS		138.430	129.194
SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO		6.033	5.945
TOTAL DO PASSIVO		180.019	163.114

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

5.2 – Demonstração do resultado do exercício

DEMONSTRAÇÃO DAS SOBRAS DO EXERCÍCIO (Valores expressos em milhares de Reais)

		PERÍODOS	
		01/jan/25	01/jan/24
		a	a
		31/dez/25	31/dez/24
INGRESSOS OPERACIONAIS	12	111.105	100.903
Fornecimento de energia		27.910	24.313
Disponibilização do sistema de distribuição		57.572	54.679
Ativos e passivos financeiros setoriais		(2.722)	(4.596)
Serviços cobráveis		23	13
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público		28.322	26.494
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS		(30.022)	(26.704)
Tributos e contribuições sobre a receita		(14.430)	(13.238)
Encargos do consumidor		(15.592)	(13.466)
INGRESSOS LÍQUIDOS		81.083	74.199
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(71.417)	(64.669)
Dispêndio com energia elétrica adquirida		(27.501)	(26.809)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(9.962)	(8.114)
Custo de operação			
Pessoal (inclui remuneração a administradores)	13	(15.542)	(13.713)
Material		(4.836)	(3.597)
Serviços de terceiros		(3.058)	(2.958)
Arrendamentos e aluguéis		(1.246)	(1.138)
Seguros		(92)	(89)
Provisões		(63)	(3)
(-) Recuperação de despesas		202	186
Tributos		(268)	(222)
Depreciação e amortização		(7.372)	(6.407)
Gastos diversos		(1.679)	(1.805)
SOBRA BRUTA		9.666	9.530
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		1.815	1.591
Ingressos financeiros		2.677	1.942
Dispêndios financeiros		(862)	(351)
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS		2.107	2.367
SOBRAS ANTES DA CS E IR		13.588	13.488
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(234)	(188)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		13.354	13.300

5.3 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Valores expressos em milhares de Reais)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA COMPULSÓRIA	RESERVAS DE SOBRAS				SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA AGO	TOTAIS
				RESERVA LEGAL	FATES	RESERVA DE AMPLIAÇÃO	TOTAIS		
SALDOS 31/DEZ./23	195	1.233	5.981	13.265	3.810	99.861	116.936	7.905	132.250
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização (devolução) de quotas	6								6
2 - AUMENTO DE RESERVAS									
- Destinações legais e estatutárias				1.321	1.085	5.285	7.691	(7.691)	-
- Destinações AGO						5.905	5.905	(5.905)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS									
- Realização da Fates					(1.338)		(1.338)		(1.338)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial			(337)					336	(1)
- Transferência de fundos conforme assembléia								(2.000)	(2.000)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO								13.300	13.300
SALDOS 31/DEZ./24	201	1.233	5.644	14.586	3.557	111.051	129.194	5.945	142.217
1 - AUMENTO DE CAPITAL									
- Integralização (devolução) de quotas	6								6
2 - AUMENTO DE RESERVAS									
- Destinações legais e estatutárias				1.341	1.183	5.363	7.887	(7.887)	-
- Destinações AGO						2.972	2.972	(2.972)	-
3 - DIMINUIÇÃO DE RESERVAS									
- Realização da Fates					(1.624)		(1.624)		(1.624)
- Realização do ajuste a valiação patrimonial			(566)					567	1
- Transferência de fundos conforme assembléia								(2.973)	(2.973)
4 - SOBRAS APURADAS NO EXERCÍCIO								13.354	13.354
SALDOS 31/DEZ./25	207	1.233	5.078	15.927	3.116	119.386	138.429	6.034	150.981
MUTAÇÕES DO PERÍODO	6	-	(566)	1.341	(441)	8.335	9.235	89	8.764

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

5.4 – Demonstração do fluxo de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Valores expressos em milhares de Reais)

	PERÍODOS	
	01/jan/25	01/jan/24
	a	a
	31/dez/25	31/dez/24
ATIVIDADES OPERACIONAIS	15.198	20.888
Sobras do exercício	13.354	13.300
(Aumento) redução de consumidores	(875)	(783)
(Aumento) de serviços em curso	209	(628)
(Aumento) redução de tributos compensáveis	(57)	(26)
(Aumento) redução de almoxarifado operacional	(265)	164
(Aumento) redução de ativos financeiros setoriais	(356)	(31)
Redução (Aumento) de despesas pagas antecipadamente	(35)	(7)
(Aumento) de subsídios tarifários	(2.133)	840
(Aumento) de depósitos judiciais	-	764
Redução (Aumento) de outros ativos	(166)	(372)
(Redução) aumento de fornecedores	(290)	1.958
Aumento de obrigações sociais e trabalhistas	63	454
Aumento (Redução) de tributos	(54)	(32)
Aumento (Redução) de encargos setoriais	504	117
(Redução) aumento de passivos financeiros setoriais	2.777	5.337
(Redução) aumento de sobras a repassar geração	2.309	(457)
(Redução) de provisões para litígios	-	-
(Redução) aumento de outros passivos	213	290
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(6.999)	(11.745)
(Aumento) dos investimentos	(53)	(148)
(Aumento) do imobilizado	(9.582)	(11.942)
Redução do intangível	16	21
Aumento de obrigações vinculadas a permissão	2.620	324
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(4.591)	(3.332)
Realização de reservas	(1.624)	(1.338)
Aumento do capital social	6	6
Reversão de reserva deliberada pela AGO	(2.973)	(2.000)
AUMENTO NAS DISPONIBILIDADES	3.608	5.811
Disponibilidades no início do exercício	13.572	7.761
Disponibilidades no final do exercício	17.180	13.572

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis)

5.5 – Notas explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa tem por objetivo principal a distribuição de energia elétrica, para uso residencial, comercial, rural ou industrial, de modo a atender exclusivamente seus consumidores, podendo, porém, ter por objetivo os serviços ligados diretamente ao fornecimento de energia elétrica. A entidade é regida pela Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país, atuando no ramo de infraestrutura, no setor de distribuição de energia elétrica, sendo tal atividade regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

NOTA 02 – PRINCIPAIS ATIVIDADES

Distribuição de energia elétrica adquirida, manutenção e operação das linhas de transmissão e distribuição aos seus consumidores.

NOTA 03 – DAS PERMISSÕES

A permissionária detém permissão válida até o ano 2038 para a distribuição de energia elétrica em 11 (onze) municípios na região Sul do Estado de Santa Catarina. Em 5 (cinco) municípios, a permissão é exclusiva da CERSUL, e nos outros 6 (seis), a permissão é dividida com outras cooperativas e concessionárias que atuam no Estado.

A distribuição se dá integralmente nos municípios de Turvo, Meleiro, Ermo, Morro Grande e Timbé do Sul, e parcialmente em, Araranguá, Maracajá, Sombrio, Jacinto Machado, Forquilha e Nova Veneza, atendendo a mais de 19,6 mil unidades consumidoras distribuídas em 260 bairros.

NOTA 04 – SETOR ELÉTRICO NO BRASIL

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com o contrato de permissão de distribuição, essa Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais.

Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Permissionária, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

NOTA 05 – BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis. As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas Demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

NOTA 06 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, e ajustadas quanto ao que se estabelece abaixo:

Ativos e passivos financeiros setoriais: O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, quando existe uma expectativa provável de que a

receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. O Ativo e Passivo Financeiro Setorial serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A CERSUL assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Permissão em dezembro de 2015, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “10” e “19” das demonstrações contábeis societárias, a partir do exercício social 2015.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado em 2014. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

Obrigações especiais vinculadas à permissão: Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

Reserva de reavaliação: é realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social. Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL e foi registrada em 2014.

Reconhecimento de receita: A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice

de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

NOTA 07 – CONSUMIDORES, PERMISSIONÁRIA E CONCESSIONÁRIAS

Composição das Contas a Receber

DESCRIÇÃO	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2025	Total 2024
	A VENCER		VENCIDOS					A VENCER		VENCIDOS				
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Provisão p/ Devedores Duvidosos		
Residencial	1.595	-	434	19	23	212	(265)	6	1	2	14	(13)	2.028	1.807
Industrial	1.901	-	305	9	-	317	(367)	1	-	-	261	(261)	2.166	2.049
Comercial	886	-	189	9	11	63	(103)	9	3	2	11	(11)	1.069	1.102
Rural	1.835	-	282	12	11	56	(56)	17	1	3	16	(16)	2.161	1.957
Poderes Públicos	138	1	5	-	-	1	(1)	-	-	-	-	-	144	108
Iluminação Pública	213	-	-	-	-	12	(12)	-	-	-	-	-	213	194
Serviço Público	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24	22
Serviço Taxado	3	-	2	-	-	5	(10)	-	-	-	-	-	-	22
Fornecimento Não Faturado	2.187	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.187	1.982
Outros Créditos	119	-	31	1	1	41	-	-	-	-	-	-	193	67
Total	8.901	1	1.248	50	46	707	(814)	33	5	7	302	(301)	10.185	9.310

NOTA 08 – ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

O Acordo Geral do Setor Elétrico, assinado em 2001, e a nova regulamentação do setor de energia elétrica implicaram na constituição de diversos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre parte desses ativos e passivos (são quitados à medida que os ativos e passivos são recebidos e/ou pagos).

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/24	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/25
Demais Ativos Financeiros Setoriais	1.581	3.370	(3.014)	1.937
Custo de Aquisição de energia	-	856	(456)	400
Neutralidade da Parcela A	1.313	408	(1.093)	628
Sobrecontratação de energia	1	391	(392)	-
Bandeiras tarifárias	33	191	(150)	74
IF / CUSD - Pis e Cofins	234	1.524	(923)	835
Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/24	Adição	Amortização	Saldo em 31/12/25
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(5.365)	(18.130)	15.353	(8.142)
Custo de Aquisição de energia	(3.036)	(6.122)	6.170	(2.988)
Encargos do serviço de sistema	(514)	(1.907)	1.483	(938)
Neutralidade da Parcela A	(842)	(831)	1.048	(625)
Sobrecontratação de energia	-	(423)	5	(418)
Bandeiras tarifárias	(175)	(3.468)	3.203	(440)
Outros	(798)	(5.379)	3.444	(2.733)

NOTA 09 – IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
							(A)-(B)+(C)			
Distribuição	164.800	18.614	(4.400)	-	-	179.014	14.214	(49.519)	129.495	119.415
Terrenos	148	-	-	-	-	148	-	-	148	148
Edificações, obras civis e benfeitorias	207	-	-	-	-	207	-	(122)	85	91
Máquinas e equipamentos	157.863	17.275	(4.351)	-	-	170.787	12.924	(45.518)	125.269	115.733
Veículos	6.273	1.237	(41)	-	-	7.469	1.196	(3.579)	3.890	3.428
Móveis e utensílios	309	102	(8)	-	-	403	94	(300)	103	15
Administração	2.993	423	(66)	-	-	3.350	357	(1.488)	1.862	2.126
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.138	-	-	-	-	1.138	-	(559)	579	1.057
Máquinas e equipamentos	1.104	376	(43)	-	-	1.437	333	(540)	897	651
Veículos	438	-	-	-	-	438	-	(220)	218	271
Móveis e utensílios	313	47	(23)	-	-	337	24	(169)	168	147
Comercialização	56	24	-	-	-	80	24	(17)	63	44
Máquinas e equipamentos	27	7	-	-	-	34	7	(14)	20	15
Móveis e utensílios	29	17	-	-	-	46	17	(3)	43	29
Subtotal	167.849	19.061	(4.466)	-	-	182.444	14.595	(51.024)	131.420	121.585
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferência (C)	Reav.	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2024	Valor Líquido em 31/12/2024
							(A)-(B)+(C)			
Distribuição	10.610	46.315	(46.577)	-	-	10.348	(262)	-	10.348	10.610
Máquinas e equipamentos	5.947	16.719	(17.825)	-	-	4.841	(1.106)	-	4.841	5.947
Outros	4.663	29.596	(28.752)	-	-	5.507	844	-	5.507	4.663
Administração	23	748	(755)	-	-	16	(7)	-	16	23
Máquinas e equipamentos	-	367	(351)	-	-	16	16	-	16	-
Outros	23	381	(404)	-	-	-	(23)	-	-	23
Comercialização	-	83	(67)	-	-	16	16	-	16	-
Máquinas e equipamentos	-	20	(2)	-	-	18	18	-	18	-
Outros	-	63	(65)	-	-	(2)	(2)	-	(2)	-
Subtotal	10.633	47.146	(47.399)	-	-	10.380	(253)	-	10.380	10.633
Total do Ativo Imobilizado	178.482	66.207	(51.865)	-	-	192.824	14.342	(51.024)	141.800	132.218

Ativo Intangível em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Liquidas	Depreciação Acumulada	Valor Liquido em 31/12/2025	Valor Liquido em 31/12/2024
					(A)-(B)+(C)			
Distribuição	364	-	-	364	-	(364)	-	-
Servidões	-	-	-	-	-	-	-	-
Softwares	364	-	-	364	-	(364)	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Administração	147	-	-	147	-	(137)	10	25
Softwares	147	-	-	147	-	(137)	10	25
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Comercialização	7	-	-	7	-	(7)	-	1
Softwares	7	-	-	7	-	(7)	-	1
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total do Ativo Intangível	518	-	-	518	-	(508)	10	26

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Valor bruto em 31/12/2025	Adições Liquidas
						(A)-(B)+(C)
AIS Bruto	157.863	17.275	(4.351)	-	170.787	12.924
Redes Média Tensão (2,3 kV a 44 kV)	157.863	17.275	(4.351)	-	170.787	12.924

	2025			2024	
	Taxas Anuais médias de depreciação %	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	3,07%	179.013	(49.519)	129.494	119.415
Custo histórico	3,92%	171.285	(44.669)	126.616	116.537
Reavaliação	5,30%	7.728	(4.850)	2.878	2.878
Administração	3,84%	3.351	(1.488)	1.863	2.126
Custo histórico	6,08%	3.436	(1.571)	1.865	2.128
Reavaliação	-2,24%	(85)	83	(2)	(2)
Comercialização	-	79	(17)	62	44
Custo histórico	-	79	(17)	62	44
Em Serviço	6,91%	182.443	(51.024)	131.419	121.585
Distribuição	-	10.347	-	10.347	10.610
Administração	-	34	-	34	23
Em Curso	-	10.381	-	10.381	10.633
TOTAL	6,91%	192.824	(51.024)	141.800	132.218

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

As dez principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Item	Descrição	RS Mil
1	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 185 MM ²	730
2	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 185 MM ²	694
3	Caminhao VW 18.260 4x2 CONSTELLATION - SXJ2J32	483
4	Guindaste hidráulico PK 32080 D V3D	342
5	POSTE DUPLO T CONCRETO 12 M/300 daN	186
6	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 50 MM ²	145
7	TRANSFORMADOR 13,8kV 380/220 V 30 KVA TRIFÁSICO / TRIPOLAR	142
8	TRATOR JOHN DEERE 2014/2014	129
9	CONDUTOR ALUMÍNIO PROTEGIDO - XLPE 50 MM ²	127
10	Aerador/Iluminador rural Cycloar para armazém completo	125
Total		3.103

As dez principais baixas (pelo critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:

Item	Descrição	RS Mil
1	CONDUTOR ALUMÍNIO ISOLADO- XLPE 3X1X35MM ² +35MM ²	269
2	CONDUTOR ALUMÍNIO COM ALMA DE AÇO NÚ 4 AWG	253
3	TRANSFORMADOR TRIF. 30 KVA 220/380	185
4	POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M; 10,5 M/300 daN	176
5	POSTE DUPLO T CONCRETO 10 M; 10,5 M/150 daN	139
6	POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/300 daN	124
7	TRANSFORMADOR TRIF. 45KVA 220/380	114
8	POSTE DUPLO T CONCRETO 11 M/600 daN	112
9	CONDUTOR COBRE ISOLADO - PVC 35 MM ²	99
10	TRANSFORMADOR TRIF. 15 KVA 220/380	83
Total		1.554

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À PERMISSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO

São obrigações vinculadas à permissão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

Obrigações Especiais - RS Mil	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço	5.805	3.741
Participação Financeira do Consumidor	4.062	3.542
Participação da União, Estados e Municípios	1.538	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	205	199
Em curso	726	170
Participação Financeira do Consumidor	14	28
Outros	712	142
Total	6.531	3.911

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2024	Adições (a)	Baixas (b)	Valor Bruto em 31/12/2025	Adições Líquidas (a)-(b)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2025	Valor Líquido em 31/12/2024
Em serviço	3.854	2.103	(3)	5.954	2.100	(150)	5.804	3.741
Participação Financeira do Consumidor	3.649	565	(3)	4.211	562	(143)	4.068	3.542
Participação da União, Estados e Municípios	-	1.538	-	1.538	1.538	(7)	1.531	-
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	205	-	-	205	-	-	205	199
Em curso	170	2.749	(2.192)	727	557	-	727	170
Participação Financeira do Consumidor	28	563	(576)	15	(13)	-	15	28
Participação da União, Estados e Municípios	-	2.130	(1.537)	593	593	-	593	-
Outros	142	56	(79)	119	(23)	-	119	142
Total	4.024	4.852	(2.195)	6.681	2.657	(150)	6.531	3.911

NOTA 11 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social: Pertence inteiramente a associados domiciliados no país e está totalmente integralizado, correspondente a participação de 21.364 (Vinte e um mil, trezentos e sessenta e quatro) associados em 31/dez/2025.

Patrimônio Líquido	2025	2024
Capital social	207	201
Capital subscrito	213	207
(-) Capital à integralizar	(6)	(6)
Reservas de capital	1.233	1.233
Doações e subvenções	1.236	1.236
Doações e subvenções a realizar	(3)	(3)
Reavaliação regulatória compulsória	5.078	5.644
Reavaliação regulatória compulsória	2.966	4.193
Realização da reavaliação regulatória compulsória	2.112	1.451
Reservas de sobras	138.429	129.194
Reserva legal	15.927	14.586
Reserva ass. técnica educacional e social	3.116	3.557
Reserva manutenção ampliação e melhoria	119.386	111.051
Sobras à disposição da AGO	6.034	5.945
Sobras líquidas apuradas	6.034	5.945
Total	150.981	142.217

NOTA 12 – RECEITA BRUTA / INGRESSOS

	Nº de Un. Consumidoras		MWh Mil		R\$ Mil	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita Bruta	19.581	19.291	160.619	156.796	85.276	78.817
Fornecimento - Faturado	19.581	19.291	160.619	156.796	85.276	78.817
Residencial	12.141	11.796	34.644	33.778	20.607	18.450
Industrial	365	382	71.360	68.347	34.266	29.388
Comercial	2.133	2.136	17.077	16.549	10.688	10.331
Rural	4.614	4.661	28.539	28.995	15.149	16.175
Poder público	268	261	2.158	2.203	1.545	1.506
Iluminação pública	24	23	6.121	6.160	2.508	2.466
Serviço público	36	32	720	764	513	501
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	19.581	19.291	160.619	156.796	85.276	78.817
Consumidores cativos	19.581	19.291	160.619	156.796	85.276	78.817
Regulatórias	10	9	251	231	26.007	22.247
Constituição e amortiz. - CVA ativa e passiva e IF					(2.722)	(4.596)
Fornecimento/suprimento/rede elétrica - não faturado					206	175
Consumo próprio	10	9	251	231	178	161
Serviços cobráveis					23	13
Subvenções vinculadas ao serviço concedido					28.322	26.494
Total	19.591	19.300	160.870	157.027	111.105	100.903

NOTA 13 – PESSOAL E ADMINISTRADORES

Pessoal e Administradores	2025	2024
Pessoal	14.982	13.199
Remuneração	9.421	8.512
Encargos	3.611	3.068
Despesas rescisórias	336	182
Outros benefícios - Corrente	1.486	1.327
Outros	128	110
Administradores	560	514
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	560	514
Total	15.542	13.713

NOTA 14 – DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO SEGREGADO POR ATIVIDADE

A permissionária não atua nos negócios de geração e transmissão, e o negócio de comercialização dentro da distribuição, foi abolido na última modificação do manual de contabilidade do setor elétrico (MSCE).

NOTA 15 – REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO

A CERSUL, sediada no município de Turvo/SC, atende aproximadamente 19,6 mil unidades consumidoras, cujo consumo de energia elétrica representa receita anual da ordem de R\$ 111 milhões.

Em 28 de novembro de 2008, foi firmado o Contrato de Permissão nº 20/2008 entre a União e a CERSUL, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, tendo por objeto a regulação da exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. O referido contrato estabelece a periodicidade dos processos tarifários, sob a forma de Reajuste Tarifário Anual (RTA) e Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Resolução Normativa nº 704, de 22 de março de 2016, aprovou os Submódulos 8.1 a 8.4 do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária, que definem as regras aplicáveis aos processos tarifários das permissionárias. A CERSUL optou por celebrar termo aditivo contratual, passando a adotar a metodologia do Submódulo 8.4 do PRORET.

Adicionalmente, a Lei nº 13.360/2016 instituiu a subvenção para compensar o impacto tarifário decorrente da reduzida densidade de carga das cooperativas de eletrificação rural, cuja operacionalização é disciplinada pela ANEEL.

Para fins de cálculo tarifário, a receita anual da permissionária é segmentada em:

Parcela A, correspondente aos custos não gerenciáveis, tais como compra de energia, encargos setoriais e custos de transporte;

Parcela B, correspondente aos custos gerenciáveis da atividade de distribuição;

Componentes financeiros, destinados à compensação de diferenças apuradas em períodos anteriores, apropriados ao longo dos ciclos tarifários.

A Tabela a seguir mostra um resumo do cálculo tarifário periódico de 18 de setembro de 2025:

Processo tarifário	DRA (R\$)	DRP (R\$)	Varição	Participação no processo tarifário	Participação na Receita
ENCARGOS SETORIAIS	19.574.596,53	25.635.696,97	30,96%	6,43%	24,07%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	199.622,94	208.532,71	4,46%	0,01%	0,20%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	13.517.976,14	17.096.958,62	26,48%	3,80%	16,05%
CDE Eletrobras	-	91.827,63		-0,10%	-0,09%
CDE GD	1.013.212,61	2.820.260,67	178,35%	1,92%	2,65%
CDE Escassez Hídrica	611.193,84	595.607,86	-2,55%	-0,02%	0,56%
ESS/EER/ERCAP	2.458.130,08	2.913.839,19	18,54%	0,48%	2,74%
PROINFA	1.774.460,92	2.092.325,55	17,91%	0,34%	1,96%
ENERGIA COMPRADA	19.836.519,78	22.000.686,76	10,91%	2,30%	20,66%
Energia	19.836.519,78	22.000.686,76	10,91%	2,30%	20,66%
TRANSPORTE DE ENERGIA	6.915.877,38	7.191.513,83	3,99%	0,29%	6,75%
Rede Básica	5.755.467,19	6.094.160,00	5,90%	0,36%	5,72%
Rede Básica Fronteira	641.298,03	679.680,00	6,00%	0,04%	0,64%
Uso do sistema de distribuição	519.112,16	417.673,83	-19,54%	-0,11%	0,39%
Total de Parcela A	46.326.993,69	54.827.897,57	18,35%	9,02%	51,48%
Total de Parcela B	47.923.656,56	51.669.068,03	7,82%	3,97%	48,52%
Varição econômica				12,99%	
COMPONENTES FINANCEIROS				Participação	
Repasso de PIS COFINS		91.521,31		0,10%	
Neutralidade Encargos Setoriais		(831.900,15)		-0,88%	
Compensação DIC FIC		(397,60)		0,00%	
Subvenção CDE		(22.846.278,88)		-24,24%	
Arrecadação de encargo CDE Escassez Hídrica dos consumidores migrantes		(106.720,45)		-0,11%	
Quitação conta Escassez TE		(595.607,86)		-0,63%	
Reversão Pgto Conta Escassez		(639.025,52)		-0,68%	
CVE - Energia		(3.700.175,76)		-3,93%	
CVE - Encargos		(1.136.706,00)		-1,21%	
Sobrecontratação/Exposição de Energia		(18.410,37)		-0,02%	
Reversão de Risco Hidrológico		(1.982.157,07)		-2,10%	
Previsão de Risco Hidrológico		1.709.834,41		1,81%	
Total Financeiros		(29.414.382)		-31,21%	
Varição econômica e financeira				-18,22%	
Retirada dos componentes financeiros relativos ao processo anterior				22,54%	
Efeito médio a ser percebido pelos Consumidores				4,32%	

Efeito médio para consumidor

Grupo de consumo	Varição Tarifária
AT - Alta Tensão (≥ 2,3 kV)	3,87%
BT - Baixa Tensão (< 2,3 kV)	4,58%
Efeito médio geral	4,32%

O processo tarifário de 2025 das permissionárias com aniversário contratual em setembro foi conduzido conforme metodologia do Submódulo 8.4 do PRORET, conforme consolidado na Nota Técnica nº 201/2025-STR/ANEEL.

Resumo do resultado tarifário

Conforme demonstrado na Tabela 2 da Nota Técnica (página 2), o efeito médio das permissionárias reflete a variação combinada dos custos regulatórios e financeiros.

Os custos de transporte apresentaram impacto médio positivo no setor, decorrente principalmente da atualização das tarifas de uso dos sistemas de transmissão e distribuição.

Os custos de compra de energia foram apurados com base nos contratos vigentes, mercado de referência e perdas regulatórias, conforme metodologia do PRORET.

A Parcela B apresentou variação média de aproximadamente 3,84% no conjunto das permissionárias, refletindo a atualização dos custos operacionais eficientes da atividade de distribuição.

NOTA 16 – CONCILIAÇÃO BALANÇO REGULATÓRIO E SOCIETÁRIO

Para fins estatutários, a Permissionária seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Permissionária seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

Descrição	Nota de Ajuste	2025			2024		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
Ativo circulante		37.120	-	37.120	29.788	-	29.788
Caixa e equivalentes de caixa		17.180	-	17.180	13.572	-	13.572
Consumidores		10.185	-	10.185	9.310	-	9.310
Serviços em curso		1.339	-	1.339	1.548	-	1.548
Tributos compensáveis		601	-	601	498	-	498
Almoxarifado operacional		1.140	-	1.140	875	-	875
Ativos financeiros setoriais		1.937	-	1.937	1.581	-	1.581
Despesas pagas antecipadamente		251	-	251	216	-	216
Subsídios tarifários		3.655	-	3.655	1.522	-	1.522
Outros ativos circulantes		832	-	832	666	-	666
Ativo não circulante		142.928	(29)	142.899	133.355	(29)	133.326
Tributos compensáveis		216	-	216	262	-	262
Depósitos judiciais		-	-	-	-	-	-
Ativo indenizável (permissão)	01	50.515	(50.515)	-	42.259	(42.259)	-
Bens e atividades não vinculadas		763	110	873	711	109	820
Imobilizado	02	212	141.588	141.800	170	132.048	132.218
Intangível	03	91.222	(91.212)	10	89.953	(89.927)	26
ATIVO		180.048	(29)	180.019	163.143	(29)	163.114
Passivo circulante		22.507	-	22.507	16.986	-	16.986
Fornecedores		5.258	-	5.258	5.548	-	5.548
Obrigações sociais e trabalhistas		2.827	-	2.827	2.764	-	2.764
Tributos		893	-	893	947	-	947
Encargos setoriais		1.677	-	1.677	1.173	-	1.173
Passivos financeiros setoriais		8.142	-	8.142	5.365	-	5.365
Sobras a repassar geração		2.573	-	2.573	264	-	264
Outros passivos circulantes		1.137	-	1.137	925	-	925
Passivo não circulante		6.532	-	6.532	3.911	-	3.911
Provisão para litígios		-	-	-	-	-	-
Obrigações vinculadas à permissão		6.532	-	6.532	3.911	-	3.911
Patrimônio líquido		151.009	(29)	150.980	142.246	(29)	142.217
Capital social		207	-	207	201	-	201
Reservas de capital		1.233	-	1.233	1.233	-	1.233
Reavaliação regulatória compulsória	04	5.107	(29)	5.078	5.673	(29)	5.644
Ajuste de avaliação patrimonial	04	-	-	-	-	-	-
Fundo de reserva legal		15.927	-	15.927	14.586	-	14.586
FATES		3.116	-	3.116	3.557	-	3.557
Reserva de ampliação		119.386	-	119.386	111.051	-	111.051
Sobras à disposição da AGO		6.033	-	6.033	5.945	-	5.945
PASSIVO		180.048	(29)	180.019	163.143	(29)	163.114

Descrição	Nota de Ajuste	2024			2024		
		Societário	Ajustes CPC	Regulatório	Societário	Ajustes CPC	Regulatório
INGRESSOS OPERACIONAIS		111.106	-	111.106	100.903	-	100.903
Fornecimento de energia		27.910	-	27.910	24.313	-	24.313
Disponibilização do sistema de distribuição		57.572	-	57.572	54.679	-	54.679
Ativos e passivos financeiros setoriais	05	(2.721)	-	(2.721)	(4.596)	-	(4.596)
Serviços cobráveis		23	-	23	13	-	13
Doações, contribuições e subvenções vinc. ao serv. público		28.322	-	28.322	26.494	-	26.494
Outras receitas	06	-	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES NOS INGRESSOS		(30.022)	-	(30.022)	(26.704)	-	(26.704)
Tributos e contribuições sobre a receita		(14.430)	-	(14.430)	(13.238)	-	(13.238)
Encargos do consumidor		(15.592)	-	(15.592)	(13.466)	-	(13.466)
INGRESSOS LÍQUIDOS		81.084	-	81.084	74.199	-	74.199
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA		(71.523)	105	(71.418)	(64.939)	270	(64.669)
Dispêndio com energia elétrica adquirida		(27.501)	-	(27.501)	(26.809)	-	(26.809)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(9.962)	-	(9.962)	(8.114)	-	(8.114)
Custo de operação							
Pessoal (inclui remuneração a administradores)		(15.542)	-	(15.542)	(13.713)	-	(13.713)
Material		(4.836)	-	(4.836)	(3.597)	-	(3.597)
Serviços de terceiros		(3.058)	-	(3.058)	(2.958)	-	(2.958)
Arrendamentos e aluguéis		(1.246)	-	(1.246)	(1.138)	-	(1.138)
Seguros		(92)	-	(92)	(89)	-	(89)
Provisões		(63)	-	(63)	(3)	-	(3)
(-) Recuperação de despesas		202	-	202	186	-	186
Tributos		(268)	-	(268)	(222)	-	(222)
Depreciação e amortização		(7.372)	-	(7.372)	(6.407)	-	(6.407)
Gastos diversos	06	(1.785)	105	(1.680)	(2.075)	270	(1.805)
SOBRA BRUTA		9.561	105	9.666	9.260	270	9.530
INGRESSOS (DISPÊNDIOS) FINANCEIROS		1.815	-	1.815	1.591	-	1.591
Ingressos financeiros		2.677	-	2.677	1.942	-	1.942
Dispêndios financeiros		(862)	-	(862)	(351)	-	(351)
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS	06	2.212	(105)	2.107	2.637	(270)	2.367
SOBRAS ANTES DA CS E IR		13.588	-	13.588	13.488	-	13.488
IMPOSTOS SOBRE ATO NÃO COOPERATIVO		(234)	-	(234)	(188)	-	(188)
SOBRAS LÍQUIDAS DO EXERCÍCIO		13.354	-	13.354	13.300	-	13.300

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

[1] ATIVO FINANCEIRO DA PERMISSÃO (SOCIETÁRIO)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Permissionária, que ocorre a cada quatro anos, o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

[2] IMOBILIZADO

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado no balanço patrimonial societário pelos seguintes itens:

Classificação conforme permissão	2025	2024
Ativo financeiro indenizável (Nota 01)	50.515	42.259
Bens e atividades não vinculadas	763	711
Imobilizado societário	212	170
Intangível - Uso da Infra Estrutura (Nota 03)	91.222	89.953
Total Societário	142.712	133.093
(+) Ajuste Notas 01, 02 e 03 Avaliação Regulatória/Societário	(29)	(29)
(=) Imobilizado + Intangível Regulatório	142.683	133.064

os ativos vinculados à infraestrutura de distribuição são segregados entre ativo financeiro e ativo intangível, não permanecendo, substancialmente, registrados como imobilizado no balanço societário, exceto por itens não vinculados diretamente à concessão.

A agência reguladora (ANEEL) é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

[3] INTANGÍVEL

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de permissão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao custo de aquisição/construção, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A permissionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que, os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição.

[4] AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL (SOCIETÁRIO)

Com a adoção inicial das novas normas contábeis, a permissionária realizou no período de 2010 avaliação patrimonial nos grupos classificados como terrenos, benfeitorias e veículos. Conforme Ofício de Encerramento de janeiro de 2013, o respectivo valor da avaliação inicial societária foi estornado do balanço regulatório.

[5] RESULTADO COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos financeiros setoriais, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2014.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

[6] OUTRAS RECEITAS E GASTOS

Referem-se a receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infra-estrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato de Cliente, mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

Andrei Magagnin
CPF: 669.450.899-91
Presidente

Joelma Walnier dos Santos
CPF: 036.815.639-77
CRC: 030.3850 – 2
Contadora

5.6 – Relatório auditor independente

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações das sobras, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Permissionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para as notas explicativas 05 e 06 às demonstrações contábeis regulatórias, que descrevem a base de preparação e principais práticas contábeis regulatórias dessas demonstrações, que foram elaboradas para auxiliar a permissionária a cumprir os requisitos da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Consequentemente, as demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outros fins. Nossa opinião não está modificada com relação a esse assunto.

Outros Assuntos

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Societárias

A Permissionária preparou um conjunto de demonstrações contábeis societárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado para os associados da **CERSUL - COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA** com data de 06 de março de 2026.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Permissionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se quando lermos o relatório da administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE instituído pela Resolução Normativa 933/2021 da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Permissionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Permissionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Permissionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Permissionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Permissionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Permissionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 28 de abril de 2026.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CRC/SC-006351/O

JOSE HENRIQUE
EYNG:50626590949

Assinado de forma digital por JOSE
HENRIQUE EYNG:50626590949
Dados: 2026.04.29 14:24:57 -03'00'

JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

Participações

Direção Geral e Produção

Setor Contábil

Colaboração

Setor Técnico

Setor de Recursos Humanos

Setor TI

Setor Comercial

Setor Financeiro

Auditoria

MullerEyng Auditores Independentes S/S

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº1.255/09

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis – CPC

Estatuto Social da Cersul Cooperativa de Distribuição de Energia

Agradecimentos

Conselho Administração

Conselho Fiscal